



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
Concurso Público C-222 - Edital 001/2025 - SEPLAD/SEFA
ANALISTA FAZENDÁRIO DE INFRAESTRUTURA -
ARQUITETURA E URBANISMO
CONHECIMENTOS GERAIS E ESPECÍFICOS

NOME DO CANDIDATO: _____
Nº DE INSCRIÇÃO: _____
Assinatura _____

PROVA TIPO

1

ATENÇÃO!!! APÓS RECEBER ESTE **CADERNO DE QUESTÕES**, VERIFIQUE, **IMEDIATAMENTE**, SE CORRESPONDE AO MESMO TIPO DE PROVA INDICADO NO SEU **CARTÃO RESPOSTA**. A CORRESPONDÊNCIA DO TIPO DE PROVA DO **CARTÃO RESPOSTA** COM O CONSTANTE NO **CADERNO DE QUESTÕES** É DE SUA INTEIRA RESPONSABILIDADE.

INSTRUÇÕES AO CANDIDATO

1. Confira se, além deste **CADERNO DE QUESTÕES**, com 100 (cem) **questões objetivas**, você recebeu o seu **CARTÃO RESPOSTA**, destinado à marcação das suas respostas.
2. Confira se o seu nome e data de nascimento constam no seu **CARTÃO RESPOSTA**. Em caso de erros, comunique imediatamente ao fiscal de sala, para que este proceda ao registro na Ata de Sala, que deverá ser assinada por você, ao lado da modificação.
3. Somente em caso de urgência peça ao fiscal para ir ao banheiro, sempre acompanhado do fiscal itinerante, **devendo, no percurso, permanecer absolutamente calado**, podendo, nesse momento, sofrer revista com detectores de metais. Ao término da sua prova, você não poderá mais utilizar o banheiro.
4. É obrigatório que você preencha e assine o cabeçalho deste **CADERNO DE QUESTÕES**, assine a **LISTA DE PRESENÇA** e o **CARTÃO RESPOSTA**, do mesmo modo como está assinado no seu documento de identificação.
5. Esta prova terá a duração de **5 (cinco) horas** e você deverá permanecer neste local, obrigatoriamente, por, no mínimo, **4 (quatro) horas** após o seu início, não podendo sair, em hipótese alguma, com o **CARTÃO RESPOSTA**.
6. O **CARTÃO RESPOSTA** é o único documento válido para o processamento de suas respostas.
7. A marcação do **CARTÃO RESPOSTA**, deve ser feita conforme indicado nele, exclusivamente com caneta esferográfica transparente de tinta preta ou azul, marcações a lápis não serão consideradas.
8. **Não é permitido anotar gabarito. O candidato flagrado com gabarito anotado será eliminado.**
9. Em hipótese alguma haverá substituição do **CARTÃO RESPOSTA** por erro do candidato. A substituição só será autorizada se for constatada falha de impressão.
10. Ao final da sua prova, você deverá devolver o seu **CARTÃO RESPOSTA** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**. O candidato só poderá levar o seu **CADERNO DE QUESTÕES** quando faltarem 30 (trinta) minutos, ou menos, para o término da Prova.
11. Os **três últimos candidatos deverão permanecer em sala** aguardando até que todos conclua a prova para assinarem a ata de sala e saírem conjuntamente.
12. O envelope **porta-objetos recebido para guarda do material**, inclusive do seu cartão de inscrição, deverá ser **lacrado** e, **obrigatoriamente**, colocado embaixo de sua carteira.
13. Será automaticamente eliminado deste Concurso Público o candidato que, durante a realização da prova, descumprir os procedimentos definidos no Edital nº 001/2025-SEPLAD/SEFA de 23/12/2025.

Boa Prova!

CONHECIMENTOS GERAIS

D1 – PORTUGUÊS

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.

Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças

Benefícios sociais e contribuições baseadas no piso salarial acompanham reajuste.

Da CNN Brasil 01/01/26 às 15:32 | Atualizado 01/01/26 às 19:41

O novo salário mínimo para 2026, no valor de R\$ 1.621, passa a vigorar nesta quinta-feira (1º). O valor representa um reajuste de R\$ 103 ou 6,79%, em relação aos R\$ 1.518 de 2025.

Com isso, os trabalhadores passam a receber o novo salário a partir do pagamento de fevereiro. O valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04, com o mínimo da hora trabalhada em R\$ 7,37.

[...]

Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/novo-salario-minimo-de-r-1-621-entra-em-vigor-hoje-entenda-mudancas/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

01 Sobre as palavras que compõem a construção “salário mínimo”, no que se refere à acentuação gráfica, é correto afirmar que recebem acento

(A) circunflexo, ambas seguindo a mesma regra de acentuação gráfica.

(B) grave, seguindo diferentes regras de acentuação gráfica.

(C) grave, ambas acentuadas pelo fato de serem oxítonas terminadas em “o”.

(D) agudo, a primeira acentuada por ser oxítona terminada em “o” e a segunda por ter “i” tônico em hiato.

(E) agudo, a primeira acentuada por ser paroxítona terminada em ditongo oral e a segunda por ser proparoxítona.

02 A partir das informações apresentadas no trecho da notícia acerca do novo salário mínimo, é correto afirmar que

(A) o salário mínimo em 2025 foi cento e três reais mais baixo do que o novo salário mínimo de 2026.

(B) o reajuste no salário mínimo impactará decisivamente na vida dos trabalhadores brasileiros, permitindo uma distribuição de renda justa e equânime.

(C) o valor referente ao reajuste no salário mínimo não será recebido pelos trabalhadores brasileiros em janeiro, pois só entrará em vigor em fevereiro de 2026.

(D) com a adição de R\$ 54,04 no salário mínimo de 2026, haverá um reajuste de 6,79%, em relação ao valor do salário mínimo em 2025.

(E) o brasileiro precisará trabalhar 28 dias por mês para receber o total de R\$ 1.621, já que, em 2026, o valor mínimo da diária de trabalho corresponde a R\$ 54,04.

03 Em “Novo salário mínimo de R\$ 1.621 entra em vigor hoje; entenda mudanças”, o uso de ponto e vírgula justifica-se por

(A) separar um termo de valor explicativo, representando uma pequena pausa em uma frase declarativa.

(B) delimitar orações coordenadas relacionadas, mas que poderiam ocorrer em separado.

(C) sinalizar o final de uma frase declarativa.

(D) introduzir uma citação ou uma fala reportada na frase, conferindo-lhe um tom conativo ou apelativo.

(E) indicar uma interrupção, omissão ou hesitação no fluxo informacional da frase.

04 Observa-se um caso de pronome oblíquo átono corretamente empregado em

(A) Não siga-me, pois desejo ficar só.

(B) Minha mãe doará-me seus dois cachorros.

(C) Darei-lhe uma boa lição, se ele não pedir desculpas.

(D) Me diga se preferir que eu saia, pois não quero ser inconveniente.

(E) Sempre me pergunto se realmente fizemos a coisa certa.

- 05 A alternativa em que o verbo ocorre na voz reflexiva é
- (A) Perdeu-se a chave do local.
 - (B) Precisa-se de sangue do tipo A+ com urgência.
 - (C) Arrumou-se e foi visitar o melhor amigo.
 - (D) Cogitou-se reformar o escritório.
 - (E) Arruinaram-se nossas expectativas de viajar esse mês.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://pt.slideshare.net/slideshow/como-o-dinheiro-publico-e-investido-mapa-mental/269406352>.

Acesso em: 03 de janeiro de 2026.

- 06 No trecho “Determina que os governantes tenham responsabilidade de não gastar mais do que arrecada em impostos”, observa-se
- (A) uma construção corretamente redigida, sem problemas de concordância, regência ou ortografia.
 - (B) um problema relativo à concordância verbal, em que um dos verbos da construção está erroneamente no singular.
 - (C) uma construção corretamente redigida, mas que inclui um caso de regência verbal em que é facultado o uso de preposição.
 - (D) um problema ligado à colocação de pronome do caso reto no primeiro verbo da construção.
 - (E) um emprego inadequado de pontuação, tendo em vista que as três orações que compõem a construção estão incorretamente pontuadas.
- 07 No trecho “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, observa-se a presença de
- (A) um pronome demonstrativo e um pronome adjetivo, respectivamente.
 - (B) um pronome possessivo e um pronome indefinido, respectivamente.
 - (C) dois pronomes indefinidos.
 - (D) dois pronomes relativos.
 - (E) um pronome substantivo e um pronome relativo, respectivamente.

08 Sobre o fragmento “Com isso todos os governantes precisam prestar conta [...]”, analisem-se as afirmativas abaixo:

- I. Há omissão de uma preposição necessária à regência do verbo “precisar”.
- II. Há um problema de concordância nominal no referido fragmento.
- III. É necessário acrescentar vírgula após o adjunto adverbial observado na frase.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

09 A alternativa em que consta a sentença em que há apenas palavras corretamente grafadas é

- (A) Estamos corretos em reinvidicar esse reajuste, no apice de grandes transformações econômicas.
- (B) Ser bem-vindo aqui não é exceção: é a regra de nosso estabelecimento.
- (C) A ascensão de um líder inadequado pode colapsar todo um trabalho já realizado.
- (D) A alíquota do novo imposto para o micro-empendedor dependerá do subcídio dado.
- (E) A paralização foi recebida com chingamentos de pessoas mal-intencionadas.

10 Na frase “Referi-me àquela pessoa de modo respeitoso”, o emprego de crase justifica-se pelo fato de

- (A) o verbo ser transitivo direto, exigindo, portanto, uma preposição, que se funde a um substantivo feminino.
- (B) o verbo ser intransitivo, em que há fusão de uma preposição feminina a um artigo feminino singular.
- (C) a palavra “àquela” ser proparoxítone e, como tal, precisa receber acento gráfico.
- (D) ocorrer em pronome demonstrativo feminino, em que há fusão de uma preposição exigida pelo verbo.
- (E) ocorrer na palavra “àquela”, que está no feminino e que se une à conjunção feminina singular “a”.

TEXTO BASE PARA AS PRÓXIMAS 3 (TRÊS) QUESTÕES.



Disponível em: <https://blogdoaftm.com.br/charge-dinheiro-do-futuro/>. Acesso em: 02 de janeiro de 2026.

11 Sobre a charge “DINHEIRO DO FUTURO”, é correto afirmar que

- (A) mostra uma cena cotidiana, uma conversa entre pai e filho, em que se observa uma mensagem formal, objetiva e direta, sendo o humor um elemento acessório à compreensão do texto.
- (B) o objetivo do texto é alertar a população, por meio de campanha publicitária humorística, para a baixa circulação de dinheiro físico no mercado financeiro brasileiro, uma vez que temos usado cada vez mais cartões virtuais e pix.
- (C) o texto busca criticar, de maneira leve e dotada de humor, o comportamento de alguns pais, por não se organizarem financeiramente e não educarem seus filhos, em se tratando do uso racional do dinheiro.
- (D) o texto busca gerar um efeito humorístico, a partir da reação inesperada do personagem pai, em resposta à fala do personagem filho.
- (E) o produtor do texto direciona o público leitor a fazer uma reflexão acerca de famílias que não têm acesso à tecnologia e, por isso, ficam à margem da sociedade, por não terem acesso a bancos virtuais, sofrendo com a baixa circulação de dinheiro físico.

12 Em “Pai, sabia que no futuro não haverá dinheiro físico?”, sobre os dois verbos da construção, é correto afirmar que

- (A) o primeiro concorda com o substantivo “pai” e o segundo concorda com o substantivo “futuro”.
- (B) ambos concordam com o sujeito “dinheiro físico”.
- (C) o primeiro concorda com o sujeito elíptico “você” e o segundo é impessoal.
- (D) ambos concordam com o sujeito “pai”.
- (E) o primeiro concorda com o sujeito “pai” e o segundo concorda com o sujeito “dinheiro físico”.

13 Sobre o trecho “[...] aqui em casa o futuro já chegou”, é correto afirmar que

- (A) o sujeito “futuro” está na primeira pessoa do singular, concordando com o verbo “chegou”.
- (B) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com “em”, enquanto que o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com “o”.
- (C) tanto o sujeito “casa” quanto o verbo “chegou” estão na segunda pessoa do singular.
- (D) o nome “casa” está no feminino singular, concordando com o verbo “chegou”, que está na segunda pessoa do singular.
- (E) o nome “futuro” está no masculino singular, concordando com o artigo “o”, enquanto que o verbo “chegou” está na terceira pessoa do singular, concordando com o sujeito “futuro”.

14 Na frase “Eu preferiria peixe frito no almoço. Seria possível trocar o pedido?”, o verbo sublinhado encontra-se no

- (A) presente do modo subjuntivo.
- (B) futuro do presente do modo subjuntivo.
- (C) pretérito mais-que-perfeito do modo indicativo.
- (D) futuro do pretérito do modo indicativo.
- (E) imperativo afirmativo.

15 A alternativa em que consta frase com correto emprego de regência nominal é

- (A) Aquele seu outro uniforme é preferível do que esse.
- (B) Sempre tive certeza que ele não mediria esforços para estar presente.
- (C) Fiquei indiferente aos inúmeros telefonemas daquela pessoa indesejada.
- (D) Minha irmã mais nova tem horror de cobras e sapos.
- (E) A cerimônia de outorga de grau do meu amigo foi paralelo o aniversário do meu tio.

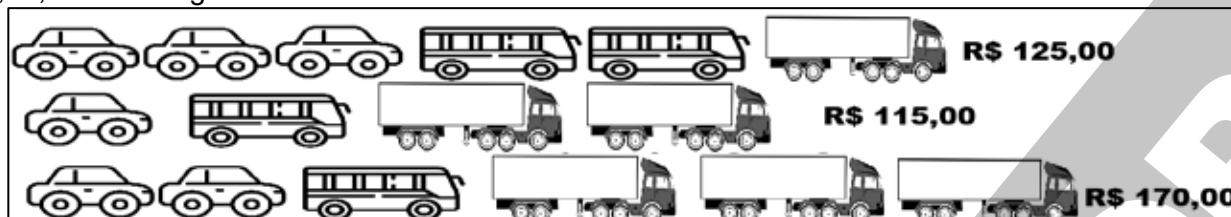
D2 – MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

16 Em um centro de reprodução de documentos, havia 4 (quatro) máquinas idênticas que reproduziam 40.000 cópias em 5 horas. Houve a troca dos equipamentos para 3 (três) máquinas idênticas, com velocidade 50% superior em relação à dos equipamentos anteriores. Conservando as demais condições de impressão e as proporcionalidades entre as grandezas envolvidas, o tempo necessário para reproduzir 90.000 cópias com as novas máquinas será de

- (A) 6 horas.
- (B) 7 horas.
- (C) 8 horas.
- (D) 9 horas.
- (E) 10 horas.

RASCUNHO

17 Em uma estação de pedágio, em três momentos distintos, passaram automóveis de passeio (fim da fila), ônibus (interior da fila) e caminhões (frente da fila), pagando, respectivamente, R\$125,00, R\$115,00 e R\$170,00, como na figura abaixo:



Pode-se afirmar que o valor do pedágio pago por um

- (A) ônibus é o dobro do valor pago por um automóvel de passeio.
- (B) ônibus é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (C) caminhão é o dobro do valor pago por um ônibus.
- (D) caminhão é o triplo do valor pago por um automóvel de passeio.
- (E) caminhão corresponde ao valor pago por um automóvel de passeio e por mais um ônibus.

18 Em uma seleção, as vagas das posições 5^a, 21^a, 41^a, 61^a, 81^a, ... e assim sucessivamente, de 20 em 20, foram ocupadas por pessoas com deficiência (PcD), enquanto as vagas das posições 3^a, 8^a, 13^a, 18^a, 23^a, 28^a, ... e assim por diante, foram ocupadas por pessoas pretas ou pardas (PPP), não havendo PcD ou PPP ocupando outras vagas distintas das estabelecidas para as suas respectivas cotas. Ao sortear-se aleatoriamente uma posição entre as 300 vagas ocupadas na seleção, a probabilidade de ela não ter sido preenchida por PcD nem por PPP é igual a

- (A) 80%.
- (B) 75%.
- (C) 70%.
- (D) 65%.
- (E) 60%.

19 Em 1937, o matemático alemão Lothar Collatz propôs uma conjectura que, resumidamente, nos diz: quando um número natural n , pertencente ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots\}$, é sucessivamente dividido por 2 (se n for par) ou triplicado e somado com 1 (se n for ímpar), a sequência numérica invariavelmente terminará em 4, 2, 1. Sejam C_k os conjuntos com as sequências obtidas pela aplicação da conjectura de Collatz, a partir dos números k pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$. Por exemplo, o conjunto C_5 será $\{5, 16, 8, 4, 2, 1\}$.

A partir dessas premissas, considere as seguintes afirmativas:

- I. O conjunto C_3 tem 8 elementos;
- II. O conjunto C_{12} tem o dobro da quantidade de elementos do conjunto C_6 ;
- III. Para quaisquer x e y pertencentes ao conjunto $\{1,2,3,4,5,6,\dots,100\}$, com $x > y$, o conjunto C_x terá mais elementos do que o conjunto C_y .

Pode-se afirmar que

- (A) somente a afirmativa I é verdadeira.
- (B) todas as afirmativas são falsas.
- (C) somente as afirmativas II e III são verdadeiras.
- (D) todas as afirmativas são verdadeiras.
- (E) somente a afirmativa II é falsa.

RASCUNHO

20 Alda, Beatriz e Carla são servidoras públicas estaduais. Elas são lotadas na SEFA (Secretaria de Estado da Fazenda), na SEDUC (Secretaria de Estado de Educação) ou na SEPLAD (Secretaria de Estado de Planejamento e Administração), nasceram em Altamira, Itaituba ou Marabá e possuem 5, 10 ou 15 anos de serviço público, não necessariamente nessas ordens.

- Alda nasceu em Altamira, não trabalha na SEFA e não tem 15 anos de serviço público;
- A que trabalha na SEFA é a que tem somente 5 anos de serviço público, mas não nasceu em Marabá;
- Beatriz, que não nasceu em Itaituba, não trabalha na SEDUC.

Pode-se afirmar que

- (A) Beatriz não trabalha na SEPLAD.
- (B) Carla trabalha na SEDUC.
- (C) Alda não é a que tem somente 10 anos de serviço público.
- (D) a que nasceu em Marabá tem 15 anos de serviço público.
- (E) a que nasceu em Itaituba não é a que tem apenas 5 anos de serviço público.

D3 – ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E ÉTICA

21 Originado no contexto do Estado Liberal, o modelo burocrático de administração pública surgiu em resposta às pressões sociais pela ampliação e racionalização dos serviços públicos, para atender às demandas de grandes corporações industriais e reestruturar o Estado rumo a um projeto de desenvolvimento. Fundamentando-se no tipo ideal de burocracia formulado por Max Weber (1864-1920), considere os itens abaixo.

- I. Profissionalização, carreira, hierarquia, impessoalidade, formalismo e racionalidade da gestão.
- II. Controle administrativo exercido *a priori*, como forma de combater a corrupção e o nepotismo.
- III. Legitimidade dos governos baseados na tradição, fundamentada na dominação racional-legal.
- IV. Organização caracterizada pela previsibilidade e pela especialização funcional.

Os itens que representam o ideal weberiano são:

- (A) I e III, apenas.
- (B) I, III e IV, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II e IV, apenas.

22 A necessidade de modernização do aparato estatal, combinada com a crescente demanda da sociedade por melhores serviços públicos, levou à organização da Administração Pública brasileira em Administração Direta e Indireta. Considerando as reformas administrativas que ocorreram ao longo da história do Brasil, a reforma que estabeleceu formalmente a distinção entre Administração Direta e Indireta é chamada, por convenção, como Reforma de:

- (A) 1889.
- (B) 1930.
- (C) 1967.
- (D) 1995.
- (E) 2002.

23 Conforme Matias Pereira (2010), o modelo de administração pública que entende a sociedade como uma agregação de escolhas pessoais e o estado como organizador de uma arena competitiva e fiscalizador de serviços públicos, orientado para a busca pela eficiência e pela ênfase na qualidade percebida pelos usuários dos serviços públicos, fundamenta a concepção de administração pública baseada no(a):

- (A) Patrimonialismo.
- (B) Burocracia.
- (C) Gerencialismo.
- (D) Coletivismo.
- (E) Individualismo.

24 Entendida como a obrigação de prestar contas, *accountability* expressa a capacidade da Administração Pública de responsabilizar e punir seus integrantes que, pelos processos, decisões ou comportamentos, se revelem em desacordo com os padrões esperados de *compliance*. Considerando a contemporaneidade da temática, um aspecto central da *accountability* é a capacidade de fazer cumprir as regras, normas e decisões que representam as melhores práticas de gestão. Considere as seguintes afirmativas abaixo, a respeito de tipos e características das formas de *accountability*:

- I. *Accountability* Horizontal, caracterizada como ação entre iguais, por meio da fiscalização mútua entre os três poderes, baseada no sistema de pesos e contrapesos, é realizada pelos órgãos governamentais legalmente constituídos.
- II. *Accountability* Vertical, caracterizada como ação entre desiguais, por meio do controle político, baseado no sistema eleitoral, ocorre por meio de plebiscito, referendo ou voto e é realizada pelos cidadãos.
- III. *Accountability* Societal, caracterizada como ação entre desiguais, por meio da fiscalização de entidades da sociedade civil organizada, baseada no sistema legal vigente, é realizada por conselhos, audiências públicas e outros mecanismos formais que integram o sistema estatal de controle.

É(são) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
(B) I e II.
(C) II, apenas.
(D) II e III.
(E) III apenas.

25 Conforme o Decreto nº 4.104, de 14 de junho de 2000, que institui o Código de Ética Profissional e cria o Conselho de Ética no âmbito da Secretaria Executiva da Fazenda, é proibido ao servidor:

- I. Permitir atividade mercantil na repartição, dela participar ou dela transigir.
- II. Recusar fé a documentos públicos.
- III. Informar às demais instituições fazendárias ou não a ocorrência de infração à legislação vigente, especialmente contra a economia popular, no âmbito de suas respectivas especialidades e atribuições.
- IV. Fomentar intriga ou discórdia entre os colegas ou entre estes e a Administração Fazendária.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e III, apenas.
(B) I, III e IV, apenas.
(C) II e IV, apenas.
(D) I, II, III e IV.
(E) I, II e IV, apenas.

D4 – DIREITO ADMINISTRATIVO

26 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Princípios jurídicos de direito administrativo são conceitos lógico-jurídicos, revestidos de caráter genérico, universal e abstrato, internacionalmente válidos para regular a relação entre a Administração e o Cidadão.
- II. A impessoalidade administrativa é princípio cujo teor normativo se dirige tanto à figura do agente público que representa a Administração – de modo que os atos praticados são imputados não ao funcionário que os pratica, mas ao órgão ou entidade administrativa em nome do qual o funcionário age – como à figura do administrado – que não pode sofrer qualquer espécie de discriminação ou privilégio, senão nos limites da lei.
- III. O princípio da legalidade aplicado no direito administrativo sugere que a administração só pode realizar atos ou tomar medidas que a lei expressamente ordena, não se podendo falar em adoção de critérios de conveniência e oportunidade, ou de discricionariedade administrativa, no direito administrativo moderno.
- IV. O princípio de publicidade implica a prerrogativa do cidadão de receber dos órgãos e entes públicos as informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvados aqueles casos de sigilo imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
(B) I e III.
(C) II e III.
(D) II e IV.
(E) I e IV.

27 Considere as seguintes afirmativas:

- I. A competência para o exercício do poder de polícia é atribuída à pessoa federativa (União, Estados, Municípios e Distrito Federal) a quem o ordenamento constitucional atribuiu competência para legislar e/ou atuar sobre determinada matéria, de maneira exclusiva, privativa, comum e/ou concorrente.
- II. O exercício do poder de polícia administrativa não prescinde dos atributos da autoexecutoriedade e da exigibilidade dos atos administrativos respectivos, dispensando a via judicial para cobrança de obrigações pecuniárias eventualmente impostas administrativamente, inclusive.
- III. O chamado “poder disciplinar” é subespécie do poder de polícia, em que a Administração Pública atua para responsabilizar cidadãos por atos omissivos ou comissivos praticados no desempenho de suas prerrogativas.
- IV. O poder normativo da Administração Pública implica a edição de normas jurídicas gerais e abstratas e, em regra, não autoriza a promulgação dos chamados “regulamentos autônomos”.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

28 Considere as seguintes afirmativas:

- I. Os requisitos de validade do ato administrativo são: (a) agente competente; (b) objeto lícito, moral e possível; (c) motivo lícito, moral e real; (d) respeito às formalidades legalmente exigidas; e (e) finalidade que atenda ao interesse público.
- II. A autotutela administrativa implica que ao Estado é facultado o reconhecimento da nulidade de seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, respeitados os direitos adquiridos.
- III. A teoria do ato administrativo também se sujeita à teoria geral do fato jurídico, a qual divide os planos do fato jurídico em plano de existência, plano de validade e plano de eficácia.
- IV. Ato administrativo complexo se diferencia do ato administrativo composto, pois neste há a manifestação de mais de uma vontade administrativa autônoma, ao passo que, no primeiro, tem-se a prática de dois atos causal e teleologicamente vinculados, em que um é mera condição de eficácia e/ou validade do outro.

São verdadeiras as afirmativas

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II e IV.
- (E) I e IV.

29 Considere o seguinte caso concreto:

Luis é servidor público estadual, regido pela Lei nº 5.810, de 24 de janeiro de 1994. Após o fim de seu estágio probatório, foi instaurado processo administrativo disciplinar contra Luis, tendo-lhe sido imputada a prática de ato tipificado como improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiros públicos e lesão aos cofres públicos. Após o indiciamento e ante a instauração do procedimento administrativo disciplinar pela autoridade competente, Luis pediu exoneração do cargo que ocupava, o que lhe foi autorizado pela Administração Pública.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a exoneração a pedido é regular e admitida pelo Regime Jurídico Único paraense em casos semelhantes, admitindo-se ainda a conversão da exoneração a pedido em demissão.
- (B) com a exoneração a pedido, o processo administrativo disciplinar deve ser logicamente extinto e eventuais valores devidos por Luis à Administração Pública somente podem ser cobrados judicialmente.
- (C) a exoneração a pedido é, todavia, vedada em casos semelhantes pelo Regime Jurídico Único paraense, salvo se comprovada a sua inocência ao final do processo.
- (D) o processo administrativo disciplinar deve ser conduzido até o final, independentemente da exoneração a pedido, uma vez que o acusado possui direito subjetivo de provar a sua inocência.
- (E) o processo administrativo disciplinar deve ser suspenso pelo prazo de 180 dias, aguardando-se os resultados de eventuais processos judiciais em curso nos âmbitos civil e criminal, de modo a evitar decisões contraditórias.

30 Considere o seguinte caso concreto:

Yasmin, servidora pública da Secretaria de Estado da Fazenda, foi acusada de praticar o crime previsto no art. 3º, inciso III, da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 (“patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público”), tendo supostamente influenciado em favor de grande contribuinte, no curso de procedimento administrativo tributário que teria sido extinto indevidamente, ocasionando prejuízos substanciais ao erário.

No processo criminal, Yasmin foi condenada em primeira instância à pena de reclusão de 1 ano e 7 meses, mais 40 dias-multa. Após interposição do recurso cabível, a condenação foi revertida no Tribunal de Justiça, uma vez que não se comprovou o dolo de Yasmin.

No âmbito administrativo disciplinar, após a condenação criminal em primeira instância, foi instaurado procedimento administrativo para apuração da conduta atribuída à servidora, o qual não chegou ao final até o presente momento.

A respeito do caso, é lícito afirmar que

- (A) a absolvição na esfera criminal é indevida, uma vez que o tipo penal admite o crime culposos.
- (B) a absolvição na esfera criminal somente influi na esfera administrativa quando a autoridade judicante ou a autoridade policial decide no sentido da inexistência do fato ou negativa de autoria.
- (C) a absolvição na esfera criminal pela ausência de dolo não tem como consequência a extinção do processo administrativo disciplinar quando for possível aplicar pena disciplinar por fatos culposos em sentido estrito.
- (D) as esferas criminal, civil e administrativa são independentes entre si, exceto quando a lei formal expressamente determinar de modo diverso.
- (E) a absolvição na esfera criminal diante da ausência de dolo corresponde a decisão que reconhece inexistência do fato ou negativa de autoria, pelo que o dogma da independência entre esferas de responsabilização deve ceder, com a extinção do procedimento administrativo disciplinar pendente de conclusão.

D5 – NOÇÕES DE TI

31 Um técnico foi chamado para solucionar um problema em uma estação de trabalho. Ao executar o comando *ipconfig* no Prompt de Comando do *Windows*, o técnico obtém como resposta um endereço IPv4 válido (10.0.0.45), uma máscara de sub-rede correta (255.255.255.0) e o campo gateway padrão em branco. Considerando essas informações e que a rede utiliza o protocolo DHCP para distribuição de endereços, é correto afirmar que

- (A) a placa de rede está desativada.
- (B) a estação de trabalho não consegue se comunicar com a Internet.
- (C) o servidor DNS está fora do ar.
- (D) o cabo de rede está desconectado.
- (E) o comando *ipconfig* não tem permissão do administrador para exibir o gateway.

32 Em relação à computação em nuvem, considere as afirmativas a seguir.

- I. No modelo SaaS, o provedor é responsável por manter a infraestrutura de nuvem.
- II. A plataforma PaaS oferece um ambiente para desenvolvimento, gerenciamento e execução de aplicações.
- III. A prática IaC permite que os recursos de infraestrutura sejam definidos e gerenciados por meio de código, ao invés de configurações manuais.

É verdadeiro o que é afirmado em

- (A) I, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I, II e III.

33 Considere o fragmento de planilha abaixo, elaborado no programa Microsoft Excel 365, versão desktop em Português (Brasil) para Windows.

	A	B	C
1	Ivan	Paulo	
2	Felipe	Felipe	
3	Mauro	Pedro	
4	Pedro	Rubens	

Se a fórmula =PROCV(A4;B:B;1;FALSO) for inserida na célula C1, o resultado a ser apresentado nessa célula será

- (A) Paulo
- (B) Felipe
- (C) Pedro
- (D) Rubens
- (E) #N/D

34 Com referência a conceitos de segurança da informação, é correto afirmar que o software *Microsoft Defender*

- (A) é um programa de segurança nativo do sistema operacional *Windows 11*, que oferece proteção contra *spywares*, mas não contra *malwares*.
- (B) não possui recursos de *firewall* embutidos.
- (C) é uma ferramenta de segurança que possui recursos para proteger contra ameaças externas, como *malwares*, e controlar o tráfego de rede.
- (D) é um aplicativo web, portanto, não nativo do sistema operacional *Windows 11*, que permite criptografar todo o disco rígido ou unidades de armazenamento específicas.
- (E) é uma suíte de segurança que protege contra várias ameaças cibernéticas, incluindo as do tipo *ransomware*, cujo objetivo é esgotar os recursos de um servidor ou rede para torná-los indisponíveis aos usuários.

35 Sobre conceitos acerca de programas de navegação, é correto afirmar que

- (A) o Google Chrome, no seu modo de navegação anônima, não salva os arquivos de *download* criados pelo usuário.
- (B) o Mozilla Firefox é baseado no Chromium, um projeto de navegador de código aberto focado em ser rápido, seguro e estável.
- (C) o motor de renderização do Google Chrome é o Gecko, um projeto de código aberto do Google que interpreta HTML, CSS e JavaScript, para exibir páginas web.
- (D) se o usuário clicar com o botão do meio do *mouse* (geralmente, o botão de rolagem) sobre uma aba no Mozilla Firefox, essa aba será fechada.
- (E) o Google Chrome e o Mozilla Firefox não são compatíveis com serviços de VPN (Rede Privada Virtual).

D6 – DIREITO CONSTITUCIONAL

36 Em relação à Administração Pública brasileira, a recente Emenda Constitucional nº 138/2025 alterou o art. 37 da Constituição Federal, previu relevante mudança no regime da acumulação remunerada de cargos por servidor público e estabeleceu que

- (A) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de um cargo de professor com outro, técnico ou científico.
- (B) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até dois cargos ou empregos técnicos.
- (C) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, faculta-se a acumulação de até três cargos na área da saúde.
- (D) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos; mas, como exceção, quando houver compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional, é facultada a acumulação de um cargo de professor com outro de qualquer natureza.
- (E) haverá a possibilidade de acumulação remunerada de até dois cargos públicos, desde que vinculados a entes federativos distintos, com compatibilidade de horário e respeito ao teto remuneratório constitucional.

37 Considerando as competências constitucionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, é correto afirmar que:

- I. O direito tributário é disciplina regida como competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que leis complementares fixarão normas para cooperação entre esses entes, tendo em vista o equilíbrio do desenvolvimento e do bem-estar em âmbito nacional.
- II. O direito tributário é disciplina regida como competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, sendo que, nesse caso, a competência da União será estabelecer normas gerais sobre o tema, não excluindo a competência suplementar dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.
- III. No âmbito da competência concorrente, aos Estados é permitido legislar sobre a parte geral de direito tributário, se a União não exercer essa competência.

É(São) verdadeira(s) a(s) afirmativa(s)

- (A) I, apenas.
- (B) II e III.
- (C) II, apenas.
- (D) III, apenas.
- (E) I e III.

38 Sobre o problema dos tratados internacionais de direitos humanos no direito brasileiro, considera-se o seguinte:

- (A) os tratados internacionais de direitos humanos firmados e incorporados pelo Brasil, anteriormente à Emenda Constitucional nº 45/2004, possuem hierarquia de norma suprallegal.
- (B) podem ter hierarquia suprallegal, basicamente em uma hipótese, ou ainda o mesmo nível de emenda à Constituição, basicamente em duas hipóteses.
- (C) o § 3º do art. 5º da Constituição Federal impede que tratados internacionais de direitos humanos aprovados com menos de 3/5 de deputados e senadores, em turno e retorno, tenham eficácia jurídica, dada a ampliação desmesurada do bloco de constitucionalidade.
- (D) caso um tratado internacional seja firmado pelo Presidente da República e pelo presidente ou líder do outro País, é possível extrair-lhe efeitos jurídicos a partir desse ato, haja vista a previsão do § 1º do art. 5º da Constituição Federal.
- (E) embora haja a previsão explícita, na Constituição Federal, do procedimento para incorporação de tratados internacionais de direitos humanos, ainda não houve aprovação de tratado dessa natureza com nível de emenda à Constituição, o que dependerá de atos políticos complexos, envolvendo os Poderes Executivo e Legislativo do Brasil e do(s) Estado(s) estrangeiro(s).

39 Em relação ao princípio da proporcionalidade no estudo dos direitos fundamentais, concebe-se, como seu aspecto relevante:

- (A) a concepção de que este princípio tem sua aplicação indicada para as relações que envolvam direitos fundamentais de defesa de particular perante o Estado e, portanto, não deve ser utilizado para casos de litígios entre particulares, relação na qual não ocorre a imperatividade estatal.
- (B) que o subprincípio da necessidade se configura atendido em um caso concreto quando uma norma jurídica assegura um direito fundamental, independentemente de considerar outro direito fundamental, este menos importante.
- (C) que as expressões “adequação”, “necessidade” e “proporcionalidade em sentido estrito” indicam subprincípios utilizados na aplicação do princípio.
- (D) o dever de ser trabalhado pelo(a) intérprete em situações de alegado excesso por parte do Estado contra os direitos do cidadão; porém, nos casos de proteção insuficiente, é inviável a aplicação do princípio, pois não há possibilidade de exercer adequadamente o juízo de ponderação.
- (E) a possibilidade de o princípio resolver problemas de colisão entre direitos fundamentais, por meio da decisão de validade de um direito e da não validade do outro.

40 Em relação à intervenção federal, de acordo com a Constituição, pode-se afirmar que:

(A) Para garantir o livre exercício do Poder Legislativo dos Estados, o Presidente da República poderá decretar a intervenção de maneira espontânea.

(B) Quanto ao procedimento, a intervenção federal decretada a partir de decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, por julgar violados princípios constitucionais por parte de autoridade do Estado, terá validade se for aprovada por maioria absoluta do Congresso Nacional e decretada pelo Presidente da República.

(C) A intervenção por requisição não é vinculante para o Presidente da República.

(D) É admitido à União intervir em municípios, desde que sejam capitais de estados, sempre que houver violação de direitos fundamentais.

(E) As intervenções federais espontâneas, decretadas por decisão do Presidente da República, sofrem controle político, podendo, portanto, ser rejeitadas pelo poder de controle.

D7 – DIREITO TRIBUTÁRIO GERAL

41 A eficácia das leis tributárias que estabelecem ou aumentam tributos, com base nos princípios constitucionais da anterioridade comum e nonagesimal, prevê o seguinte:

(A) O Imposto de Renda, embora constitucionalmente dispensado de observar a regra da noventena, é sujeito à anterioridade de exercício, no que diz respeito à revogação de uma isenção não onerosa, conforme tese adotada no julgamento do Tema 1.383 do Supremo Tribunal Federal, que superou sua antiga Súmula 615.

(B) A ampliação da base de cálculo do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) e do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), à medida que se relaciona a um elemento quantitativo essencial da regra matriz de incidência tributária, implica a observância cumulativa da anterioridade comum e da nonagesimal, a menos que a alteração corresponda apenas a uma atualização monetária por índice oficial, conforme a Súmula 160 do Superior Tribunal de Justiça.

(C) As contribuições para a seguridade social permitem que a lei ou medida provisória que as estabelece tenha eficácia dentro do mesmo exercício financeiro, independentemente da data de publicação, de acordo com o entendimento da Súmula 669 do STF, por se submeterem à anterioridade mitigada.

(D) A norma legal que promove a redução do prazo para o pagamento da obrigação tributária principal está sujeita à regra da noventena, pois é o fenômeno da "surpresa tributária", que, neste caso, mitiga a aplicação da Súmula Vinculante 50, em respeito ao princípio da segurança jurídica.

(E) Devido à sua natureza marcadamente extrafiscal e função regulatória, o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) é exceção constitucional a ambas as modalidades de anterioridade, permitindo que o ato do Poder Executivo que eleva suas alíquotas tenha efeito pleno e imediato após a publicação.

42 À luz do Código Tributário Nacional (CTN) e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores, no caso de um negócio jurídico sujeito a condição suspensiva, o fato gerador da obrigação tributária ocorre

(A) no momento da celebração do negócio jurídico, desde que os elementos materiais da hipótese de incidência estejam presentes, sendo irrelevante, para fins tributários, a eficácia civil do ato, conforme a interpretação objetiva do fato gerador consagrada no art. 118 do CTN.

(B) com o implemento da condição, momento em que a situação jurídica se torna definitivamente constituída, de acordo com o que dispõem os artigos 116, inciso II, e 117, inciso I, do CTN.

(C) quando o auto de infração é lavrado pela autoridade administrativa, pois, a identificação de dolo, fraude ou simulação abre a possibilidade de ignorar a condição suspensiva, com base na jurisprudência do STF sobre a repressão de práticas evasivas e elusivas abusivas.

(D) quando os efeitos econômicos do negócio jurídico são verificados no mundo fático, mesmo que a condição suspensiva não seja implementada, de acordo com a Súmula do STJ, dispondo que a materialidade econômica do fato prevalece sobre a forma jurídica adotada pelas partes.

(E) na data em que o contrato é registrado no cartório competente, visto que o registro é condição de validade intrínseca do negócio jurídico tributável, operando efeitos retroativos à data da assinatura do instrumento particular para fins de contagem da prescrição.

43 Acerca da competência tributária, considerando o modelo federativo adotado pela Constituição da República, as disposições do Código Tributário Nacional e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, estabelece-se que

(A) a competência tributária é a parcela de poder político-jurídico para a instituição de tributos e a delimitação de seus contornos impositivos, conferida a determinado ente político, nos termos da lei complementar específica, sendo permitida a sua delegação a pessoas jurídicas de direito público somente para fins de fiscalização e arrecadação.

(B) a prestação de ações e serviços de saúde por empresas de economia mista corresponde a uma atuação própria do poder estatal, razão pela qual a imunidade tributária prevista na alínea “a” do inciso VI do art. 150 da Constituição Federal se aplica a tais entidades, independentemente da existência de acionistas privados com fins lucrativos, uma vez que a essencialidade do serviço público supera a natureza jurídica da entidade.

(C) a União é competente para cobrar impostos municipais em Territórios Federais, desde que estes não sejam divididos em Municípios, sendo também responsável pela instituição dos impostos de competência estadual nesses territórios.

(D) a imunidade tributária é uma limitação constitucional ao poder de tributar e funciona como uma causa de exclusão da competência tributária atribuída ao ente federativo, desde que esteja prevista na lei complementar que institui o tributo.

(E) o não exercício da competência tributária pelo ente federativo, em relação aos tributos discriminados na Constituição Federal, permite a atuação supletiva da União, quando necessário, para o cumprimento dos requisitos essenciais de responsabilidade na gestão fiscal e na arrecadação efetiva de tributos.

44 Considere as seguintes assertivas:

I. A imunidade recíproca não alcança o pagamento do Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestações de Serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação por parte de entidades públicas, quando são oneradas por efeito da repercussão tributária.

II. A União publica, em 20.09.2025, Medida Provisória que aumenta a alíquota de IPI sobre eletrodomésticos, a qual é convertida em lei em 20.01.2026. À luz do princípio da anterioridade anual aplicável a este imposto, o referido aumento somente poderá produzir efeitos no exercício financeiro seguinte.

III. A reserva de lei complementar para a instituição de impostos pela União restringe-se aos impostos residuais previstos no art. 154, inciso I, da Constituição Federal, não se aplicando a outros impostos expressamente discriminados no texto constitucional.

IV. Encartes de propaganda distribuídos com jornais e periódicos não estão abrangidos pela imunidade prevista no art. 150, inciso VI, alínea “d”, da Constituição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e IV, apenas.

(B) I, III e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) II, III e IV, apenas.

45 Considere as seguintes assertivas:

I. O contribuinte pode escolher o seu domicílio tributário nos termos da lei. Porém, o domicílio pode ser estabelecido de ofício pela autoridade administrativa, quando o escolhido pelo contribuinte torna difícil a fiscalização, aplicando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do Art. 127 do Código Tributário Nacional.

II. A sujeição passiva indireta, na forma de responsabilidade tributária, requer previsão legal específica e não deve ser confundida com a figura do contribuinte; pode alcançar um terceiro que não tenha relação direta com a materialidade do fato gerador, desde que haja vínculo jurídico definido em lei.

III. O aumento da alíquota do tributo por ato do Poder Executivo, em casos excepcionalmente previstos na Constituição, pode ter efeitos imediatos, mesmo em relação a fatos geradores já ocorridos no mesmo exercício financeiro, desde que seja respeitado o limite legal previamente estabelecido.

IV. O lançamento regularmente notificado constitui o crédito tributário e torna o tributo exigível, permitindo a revisão de ofício apenas nos casos específicos do Art. 149 do Código Tributário Nacional, sendo proibida a modificação retroativa dos critérios legais adotados, mesmo dentro do prazo de prescrição.

São verdadeiras as afirmativas

(A) I e II, apenas.

(B) I, II, III e IV.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

(E) I, II e IV, apenas.

46 A Cia Abaetetuba S.A elaborou suas demonstrações contábeis em conformidade com as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), adotando integralmente os conceitos definidos no CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro. A gestão da Cia Abaetetuba S.A, ao realizar a análise de determinados eventos e posições patrimoniais, teve dúvidas quanto à correta classificação de alguns itens entre Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, especialmente em razão da existência de incertezas, das condições contratuais e da distinção entre forma jurídica e essência econômica. Para esclarecer essas dúvidas, a gestão deverá levar em consideração que

(A) recursos recebidos pela Cia Abaetetuba S.A, ainda que sujeitos à obrigação presente de devolução, caso determinadas condições não sejam cumpridas, devem ser reconhecidos como Patrimônio Líquido por não configurarem exigibilidade certa.

(B) a incerteza quanto ao valor ou ao prazo de liquidação impede o reconhecimento de um passivo da Cia Abaetetuba S.A, devendo tais obrigações ser classificadas, enquanto persistir a incerteza, como Patrimônio Líquido.

(C) um recurso controlado pela Cia Abaetetuba S.A deve ser reconhecido como Ativo sempre que houver expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, ainda que inexistir direito presente decorrente de evento passado.

(D) um item integra o Patrimônio Líquido quando representa direito residual sobre os ativos da Cia Abaetetuba S.A, após a dedução de todos os seus passivos, independentemente da forma jurídica do instrumento que lhe deu origem.

(E) uma obrigação somente pode ser classificada como Passivo quando houver exigibilidade legal imediata e mensurável, sendo insuficiente a existência de obrigação presente decorrente de práticas usuais da Cia Abaetetuba S.A.

47 A Cia Salva Terra S.A, do setor industrial, adquiriu, em 02/01/2024, um equipamento complexo composto por diferentes partes relevantes, com padrões distintos de consumo de benefícios econômicos. O equipamento foi reconhecido inicialmente como Ativo Imobilizado, pelo seu custo total. Em 02/01/2025, uma das partes relevantes do equipamento foi substituída integralmente, sendo essa parte responsável por parcela significativa do custo originalmente reconhecido. A substituição aumentou a eficiência operacional do equipamento, mas não alterou sua capacidade produtiva total.

Considerando as disposições do CPC 27 – Ativo Imobilizado, quanto ao tratamento contábil aplicável à substituição ocorrida em 02/01/2025, o contador da Cia Salva Terra S.A deverá observar que

(A) o custo da parte substituída deve ser integralmente reconhecido como despesa no resultado do exercício, enquanto o custo da nova parte deve ser capitalizado apenas se houver aumento da capacidade produtiva do equipamento.

(B) o custo da nova parte deve ser capitalizado como Ativo Imobilizado, e o valor contábil da parte substituída deve ser baixado do Ativo, ainda que esse valor não esteja individualmente identificado na contabilidade.

(C) o custo da substituição deve ser capitalizado como manutenção corretiva, permanecendo o valor contábil da parte substituída registrado no Ativo até o fim da vida útil do equipamento.

(D) o custo da nova parte deve ser reconhecido como despesa do período, pois não houve aumento da vida útil econômica nem da capacidade produtiva total do equipamento.

(E) o custo da nova parte somente poderá ser capitalizado caso a entidade adote o modelo de reavaliação, para mensuração subsequente do Ativo Imobilizado.

RASCUNHO

48 A Comercial Portel Ltda, durante o mês de junho de 2025, incorreu nos seguintes fatos que afetaram seu caixa e equivalente de caixa:

1. Aquisição, à vista, de móveis destinados ao uso em sua loja.
2. Recebimento de valores provenientes de clientes, relativos às vendas de mercadorias.
3. Integralização de capital em dinheiro, realizada pelos proprietários da entidade.
4. Concessão, à vista, de empréstimo a outra entidade, com vencimento superior a doze meses.
5. Pagamento de principal de empréstimo bancário anteriormente contratado.

Considerando as disposições do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa –, a Comercial Portel Ltda deveria classificar, respectivamente, esses fatos em:

- (A) investimento, operacional, financiamento, investimento e financiamento.
(B) investimento, operacional, financiamento, financiamento e operacional.
(C) operacional, investimento, financiamento, investimento e financiamento.
(D) financiamento, operacional, investimento, investimento e financiamento.
(E) investimento, investimento, financiamento, operacional e financiamento.

49 A Cia Marituba S.A, em 31/12/2024, realiza o teste de recuperabilidade de uma unidade geradora de caixa (UGC) composta por ativos industriais. No processo do teste de recuperabilidade, foram apurados os seguintes valores para a respectiva UGC:

- Valor justo líquido de despesa de venda: R\$ 4.800.000,00
- Valor em uso: R\$ 5.200.000,00
- Valor contábil da UGC: R\$ 5.500.000,00
- Valor histórico da UGC: R\$ 7.800.000,00

Com base no conceito de valor recuperável definido no CPC 01 (R1), é correto afirmar que o valor recuperável dessa unidade geradora de caixa (UGC) é

- (A) R\$ 3.000.000,00.
(B) R\$ 4.800.000,00.
(C) R\$ 5.200.000,00.
(D) R\$ 5.500.000,00.
(E) R\$ 2.300.000,00.

50 A Cia Brasil Novo S.A comercializa equipamentos eletrônicos com garantia legal de 12 meses, cobrindo defeitos de fabricação. Com base em dados históricos e expectativas atualizadas, a administração estimou, para o exercício social de 2025, os seguintes cenários relacionados aos produtos vendidos:

- 70% dos equipamentos não apresentarão defeitos;
- 20% apresentarão defeitos leves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 900.000,00, caso ocorressem em todos os produtos;
- 10% apresentarão defeitos graves, cujo custo total estimado de reparação seria de R\$ 3.000.000,00, caso ocorressem em todos os produtos.

Considerando as orientações do CPC 25, especialmente no que se refere à mensuração de provisões quando envolvem grande população de itens, a Cia Brasil Novo S.A. deve reconhecer, em 31/12/2025, uma provisão para garantias no valor de

- (A) R\$ 900.000,00, por representar o custo mais provável de ocorrer, conforme a experiência passada.
(B) R\$ 480.000,00, obtido pela probabilidade de uma saída para as obrigações de garantias como um todo.
(C) R\$ 3.000.000,00, por refletir o pior cenário possível de saída de recursos.
(D) R\$ 1.950.000,00, correspondente à média aritmética simples entre os cenários de defeitos leves e graves.
(E) R\$ 0,00, pois nenhum valor deve ser reconhecido, devido à ocorrência de defeitos futuros caracterizar um passivo contingente.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ANALISTA FAZENDÁRIO DE INFRAESTRUTURA - ARQUITETURA E URBANISMO

51 A atividade e o padrão técnico do Projeto de Arquitetura incluem

- (A) plano de negócios do empreendimento.
(B) projeto de marketing do programa.
(C) análise de viabilidade econômica e atuarial.
(D) projeto legal, levantamento de dados.
(E) *moodboard* de fornecedores do varejo local.

52 Uma edificação residencial de tipologia térrea, com mais de um pavimento e 200 m² de área construída total, demandaria, no Brasil,

- (A) duas rotas de saída com distância máxima de 35 metros entre acessos.
- (B) abandono faseado com tempo máximo de 42 minutos.
- (C) largura mínima de corredores e aberturas de vão-luz de portas de 800 mm.
- (D) saída em sentido de subida com tempo máximo de 36 minutos.
- (E) rota única de saída e corredores mínimos de 110 centímetros de largura.

53 A diferença entre anteprojeto e estudo preliminar, no caso do projeto de edificações, é

- (A) baseada no tempo, sendo o estudo preliminar a etapa inicial e o anteprojeto a etapa final, sem prejuízo ou diferença essencial de conteúdo entre ambos.
- (B) baseada no espaço, uma vez que o anteprojeto antecede o estudo preliminar, baseado em dados e reflexões técnicas que ampliam o escopo projetual.
- (C) concernente ao desenvolvimento de soluções de definição do espaço, sendo o anteprojeto etapa intermediária e o estudo preliminar etapa ainda inicial, ambas cumulativas.
- (D) prática, uma vez que o anteprojeto só é elaborado para dirimir dúvidas de detalhes construtivos que profissionais mais experientes elaboram e resolvem na execução de obra civil.
- (E) diferenciada pelo nível de complexidade programática, sendo exigido anteprojeto para programas como hospitais e aeroportos, como requisito legal de processos e certames do setor público.

54 Para vencer altura de 3,06m, com escada regular na Norma Técnica Brasileira, será necessário empregar

- (A) 16 degraus e 17 espelhos, incluindo o piso superior e patamar, com espelho de 0,18m e piso de 0,28m.
- (B) 16 degraus ideais, com espelho de 17cm, profundidade de piso de 29cm e patamar de 1,20m no nono degrau.
- (C) degrau ergonômico de 19cm de espelho e 27cm de piso, com patamar usual no meio do percurso a 1,44m.
- (D) piso de 19cm e espelho de 29cm, em 16 degraus de inclinação suave de 8,33%, com patamar de 1,10m.
- (E) degraus ergonômicos, bocel de 3cm, 17cm de espelho, 27cm de piso, em 17 degraus até o piso superior.

55 O Estado do Pará está situado na Zona Bioclimática 8 do Brasil, segundo as Normas Técnicas vigentes. Para esta condição, pressupondo um ambiente de 30 m² de área de piso, a abertura mínima adequada para ventilação e troca de ar seria de

- (A) 1,10 m x 1,10 m.
- (B) 1,20 m x 1,20 m.
- (C) 1,50 m x 2,40 m.
- (D) 2,40 m x 3,00 m.
- (E) 1,80 m x 1,80 m.

56 Considerando estrutura de concreto armado para edificação de médio porte, ao vencer um vão horizontal de 5 metros, precisa-se de peças estruturais com as seguintes dimensões:

- (A) vigas com seções de 15 cm x 25 cm, pilares com seções de 15 cm x 35 cm.
- (B) pilares com seções de 0,25 m x 0,50 m, vigas com seções de 0,25 m x 0,55 m.
- (C) vigas e pilares com seções transversais isostáticas de 125 mm x 375 mm.
- (D) pilares de seções em planta de 17,5 cm x 35 cm, vigas de 12,5 x 12,5 cm de base.
- (E) vigas e pilares com ferragens engastadas e seções de 12,5 cm x 25 cm.

57 Para aplicação de pintura em fachadas e áreas externas, considerando o clima do Estado do Pará, a solução mais adequada é

- (A) polivinila à base d'água com textura fosca.
- (B) base de óleo hidrófoba de alta densidade.
- (C) resina acrílica à base d'água com voláteis.
- (D) borracha clorada com aplicação a frio.
- (E) mista PVA com rolo e lâ sobre *primer*.

58 A Análise Ergonômica do Trabalho ou AET lida com os domínios da segurança e saúde no ambiente de trabalho e se caracteriza pela análise das atividades exercidas pelos funcionários colaboradores. No âmbito de espaços laborais institucionais, é correto afirmar que

- (A) mobiliário com ajustes de altura e nivelamento (cadeiras, superfícies, telas) garante produtividade no posto de trabalho.
- (B) o layout para leitura e digitação deve evitar fluxos que causem movimento frequente do pescoço e fadiga visual.
- (C) o projeto de iluminação deve combinar luz artificial perpendicular a superfícies e monitores com luz natural em todas as paredes.
- (D) apoios para antebraço e pulso seguem princípios antropométricos e biomecânicos padronizados para mobiliário laboral.
- (E) irregularidades ergonômicas surgem da excessiva diversidade de ajustes e layouts que comprometem o sentar e o manuseio de equipamentos.

59 Considere um edifício residencial multifamiliar com 04 apartamentos de 02 dormitórios cada por andar, 6 andares de apartamentos e pavimento térreo. Dimensione seus reservatórios elevado e inferior de água fria, incluindo sua reserva de incêndio, dado que a população corresponda a 2 pessoas por dormitório, com consumo médio diário de 200 litros (l) de água e reserva de incêndio de 8 m³. O dimensionamento resultaria em

- (A) 27.000 m³ totais no sistema, incluindo reserva de incêndio, dos quais 10.800 m³ em reservatório inferior e 16.000 m³ em reservatório elevado.
- (B) 24.440 (l) totais, divididos entre 800 (l) de reserva de incêndio, 14.184 (l) em reservatório elevado e 9.456 (l) de água em reservatório inferior.
- (C) 19.200 m³ de água totais, com reserva de incêndio, dos quais 11.500 m³ em reservatório elevado e 7.600 m³ em reservatório inferior.
- (D) 20.000 (l) totais, incluindo 8 m³ de reserva de incêndio, divididos entre 12.000 (l) em reservatório inferior e 8.000 (l) em reservatório elevado.
- (E) 27,2 m³ totais, contendo reserva de incêndio, dentre os quais 16.320 (l) em reservatório inferior e 10.880 (l) em reservatório elevado.

60 Considerando as normas brasileiras e a Vida Útil de Projeto (VUP) de uma edificação, principalmente de sua estrutura, espera-se de um prédio institucional uma VUP de

- (A) 34 anos.
- (B) 39 anos.
- (C) 45 anos.
- (D) 50 anos.
- (E) 54 anos.

61 Para o projeto de um pátio de estacionamento para veículos de passeio (ilustrado esquematicamente a seguir) as dimensões de vagas individuais de automóveis, a dimensão transversal (largura) para área de manobra entre as duas colunas de vagas e as áreas médias de cada vaga devem ser, respectivamente, de

1	8
2	9
3	10
4	11
5	12
6	13
7	14

Figura 1: Esquema básico para pátio de estacionamento, com delimitação e numeração de vagas e espaçamento para manobras.

- (A) 2,55 m x 4,55 m; 4,55 m; 10,6 m².
- (B) 2,50 m x 5,00 m; 6,00 m; 12,5 m².
- (C) 2,20 m x 4,20 m; 4,20 m; 9,44 m².
- (D) 2,00 m x 4,00 m; 4,00 m; 8,00 m².
- (E) 3,50 m x 4,50 m; 4,20 m; 15,75 m².

62 Seguem três gráficos que ilustram o clima do município de Belém, Pará, respectivamente, no ano de 1998 e em dados históricos de anos recentes. Com base nestas informações, as estratégias apropriadas de Conforto Ambiental para edificações nesta região são

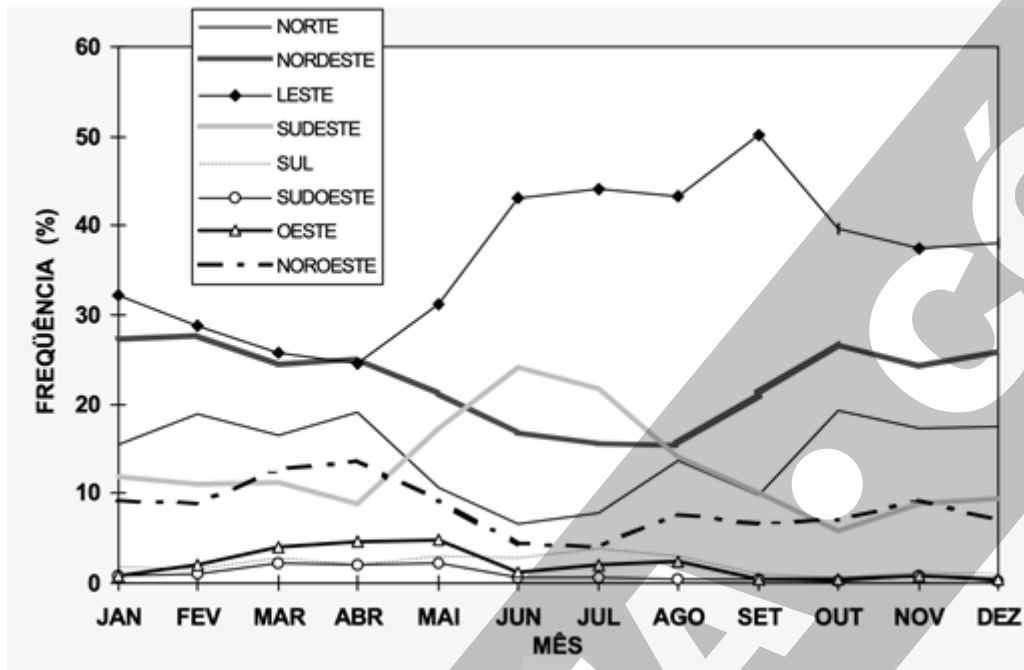


Figura I. Frequência mensal e direção de incidência de vento (correntes de ar) em Belém-PA. Fonte: Procel (Programa de Combate ao desperdício de energia elétrica; Ministério de Minas e Energia). **Dados climáticos para projeto e avaliação energética de edificações para 14 cidades brasileiras.** Florianópolis: PROCEL; UFSC, 1998. [organizado por Roberto Lamberts; Solange Goulart; Samanta Firmino.] Disponível em: <https://labeee.ufsc.br/sites/default/files/publicacoes/livros/dados_climaticos_para_projetos_e_avaliacao_energetica_de_edificacoes_para_14_cidades_brasileiras.pdf>.

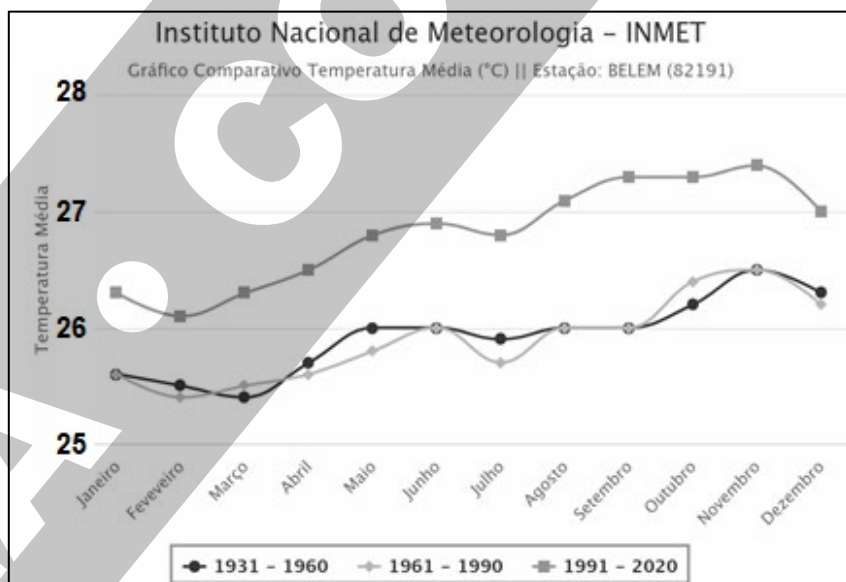


Figura II. Temperatura média para o município de Belém-PA (1931-2020). Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), seção Clima. Disponível em: <<https://clima.inmet.gov.br/GraficosClimatologicos/DF/83377>>.

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

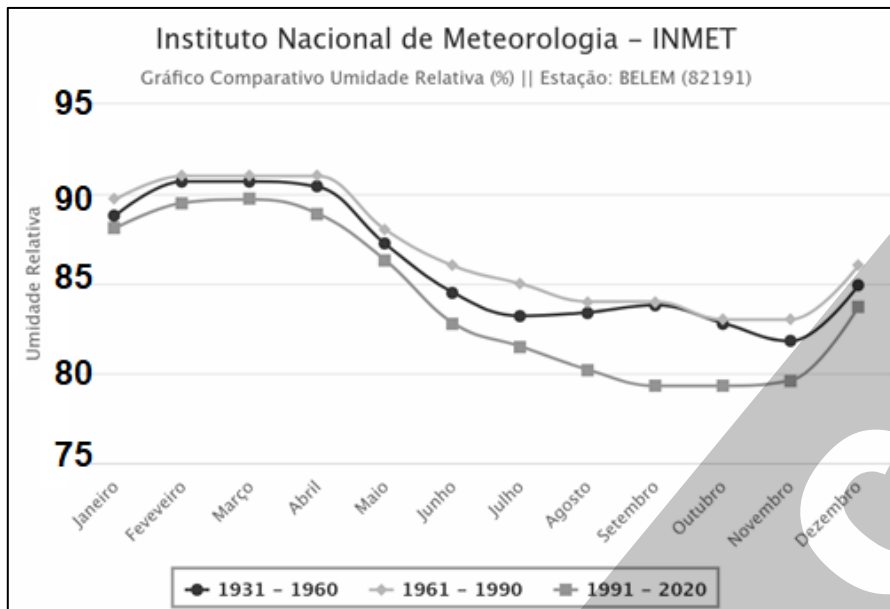


Figura III. Umidade relativa (%) para o município de Belém-PA (1931-2020). Fonte: Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), seção Clima. Disponível em: <<https://clima.inmet.gov.br/GraficosClimatologicos/DF/83377>>.

(A) manutenção de aberturas (janelas e balancins) no quadrante Sudeste, pródigo nos meses de junho a agosto (inverno no Sul e Sudeste) em ventos frios; ventilação cruzada com aberturas correspondentes no quadrante Noroeste; vedações em materiais termoisolantes, como concreto celular; coberturas com inclinações até 2%.

(B) arrefecimento da envoltória via captação de água da chuva e mecanismos de reuso, por Soluções Baseadas na Natureza (SbN) durante estação seca; privilegiar aberturas no nível dos balancins para deslocamento ascendente de ar quente por convecção; limitar a 20% de área do piso as aberturas no nível do tronco (ou peitoril).

(C) ventilação cruzada com aberturas diametralmente opostas nas fachadas orientadas a Oeste e Sudeste; instalação de aberturas laminadas do tipo venezianas no sentido exterior-interior descendente em esquadrias baixas e ascendente em esquadrias altas; redução de umidade com vedação em gesso acartonado.

(D) dissipação de carga térmica e calor radiante por meio de emprego de blocos de concreto ciclópico em alvenaria estrutural; beirais longos nos quadrantes Norte e Sul; face Oeste exposta para arrefecimento e redução de umidade agregada nas vedações; aberturas preferenciais nos quadrantes com beirais.

(E) aberturas nas faces Leste, Nordeste e Norte, com saídas de ar em quadrantes opostos correspondentes; anteparos à insolação direta principalmente no quadrante Oeste; materiais refletivos em coberturas e empenas; insolação tolerável no Nascente; suspensão da edificação do solo para contenção de umidade.

63 Para adequada propagação sonora em salas de trabalho, evitando reverberação, indica-se

(A) proporção largura/profundidade 1:1,5; materiais reflexivos na fonte sonora, materiais absorventes nos demais planos; variedade de planos no forro para deflexão do som.

(B) sala de proporção largura/profundidade 1:3; pé-direito duplo com mezanino; materiais refletivos em pisos e forros para adequada propagação; esquadrias de vidro duplo.

(C) ambiente em formato de proporções quadráticas; altura de pé-direito proporcional a 1:2 vezes a face do ambiente; paredes refletivas; forros em material absorvente.

(D) fonte sonora com painel em material absorvente; estreitamento da geometria da sala em direção à fonte sonora; demais planos verticais em materiais refletivos.

(E) divisórias antirruído à meia-altura; emprego de materiais refletivos em planos verticais laterais à fonte sonora; emprego de materiais absorventes em forros.

64 Sobre o uso do concreto protendido é correto afirmar que

(A) aplica-se a estruturas de alta tecnologia como *datacenters*.

(B) é mais adequado para compor lajes nervuradas no formato colmeia.

(C) é utilizado para vencer vãos mais extensos sem pilares.

(D) tem menor custo inicial e maior custo de manutenção e inspeção.

(E) tem melhor desempenho estrutural, com mais fissuras.

65 A capital paraense possui um Plano e um Manual de orientação técnica da arborização urbana de Belém, editado pela Prefeitura Municipal em 2013. Leia a transcrição a seguir.

Do Programa de Educação Ambiental para a Arborização Urbana de Belém

Art. 26 A Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA deverá coordenar, desenvolver e viabilizar recursos para a execução do Programa de Educação Ambiental para a Arborização Urbana de Belém com vistas a:

[...]

V - Conscientizar a população sobre as espécies indesejáveis e locais inadequados para o plantio de árvores em áreas públicas;

VI – Disseminar, na comunidade em geral, a relevância do plantio de espécies nativas para a conservação da biodiversidade;

[...] (Belém, Prefeitura Municipal. Manual de Orientação Técnica da Arborização Urbana de Belém: guia para planejamento, implantação e manutenção da arborização em logradouros públicos. – Belém: Universidade Federal Rural da Amazônia, 2013. p. 101).

A razão técnico-científica pela qual o referido Manual faz tais indicações é

(A) a manutenção da ambiência morfológica e da paisagem cultural dos túneis de mangueiras (*Mangifera Indica*) das vias da Belém da *Belle Époque*.

(B) a impossibilidade de plantio de árvores em imediações de canais de drenagem urbana, a exemplo de projetos na Doca de Souza Franco e Almirante Tamandaré.

(C) a proibição de plantio de espécies frutíferas no logradouro público em função da obstrução de tubulações e galerias e atração de vetores e pragas.

(D) o baixo custo de plantio de espécies nativas, que não exigem operação de compra e venda, têm logística facilitada e maior familiaridade com o manejo da população.

(E) a interação ecológica entre espécies vegetais, o solo e as condições ambientais e climáticas, pela maior adaptabilidade entre nativas em relação a exóticas.

66 O Parque Estadual do Utinga, situado na fronteira entre os municípios de Belém e Ananindeua, é uma Unidade de Conservação (UC) situada na Área de Proteção Ambiental (APA) da Região Metropolitana de Belém (RMB), e foi formalmente instituído em 1993, por Decreto Estadual, alterado em 2008, sendo uma UC de proteção integral. Leia uma extração de seu Plano de Manejo.

Em relação aos dados de regeneração, foram identificadas 45 espécies, distribuídas em 25 famílias botânicas. No entanto, a família com maior número de espécies foi a Fabaceae (7). As espécies com maior taxa de regeneração natural no Parque Estadual do Utinga foram: breu-vermelho (*Protium tenuifolium*), abiu-vermelho (*Pouteria cladantha*) e breu-branco (*Protium pallidum*). Na Tabela 15 encontram-se os valores da DR, da FR e RN por fitofisionomia do parque.

Tabela 15. Parâmetros fitossociológicos das plantas de 10 centímetros até 1,5 metro de altura no Parque Estadual do Utinga.

Espécie	Nome vulgar	N.º de Indivíduos			AB%	FR%	RN%
		EI	ES	ETF			
<i>Amaioua guianensis</i>	Canela-de-veado	4	3	4	5,24	6,9	5,7
<i>Bauhinia guianensis</i>	Cipó escada-de-jabuti		2	5	3,33	1,4	2,6
<i>Cecropia distachya</i>	Imbaúba-vermelha	2	3	2	3,33	3,5	3,4
<i>Eschweilera micrantha</i>	Ripeiro	6	4	1	5,24	5,5	5,4
<i>Eschweilera ovata</i>	Matamatá-preto	2	3	3	3,81	4,8	4,1
<i>Fusaea longifolia</i>	Ata-preta	2	6	2	4,76	5,5	5
<i>Geonoma macrostachy</i>	Ubim		2	2	1,9	1,4	1,7
<i>Inga alba</i>	Ingá-vermelho	3	1		1,9	2,1	2
<i>Inga thibaudiana</i>	Ingá-branco	6	5		5,24	4,8	5,2
<i>Ischunosiphon aroima</i>	Guarumã	2	9	2	6,19	5,5	6
<i>Ocotea caudata</i>	Louro-preto	3		1	1,9	2,8	2,2
<i>Pourouma mollis</i>	Imbaúbarana	5	9	1	7,14	4,1	6,3
<i>Pouteria cladantha</i>	Abiu-vermelho	6	6	4	7,62	4,8	6,7
<i>Protium pallidum</i>	Breu-branco	2	5	8	7,14	5,5	6,4
<i>Protium tenuifolium</i>	Breu-vermelho	5	5	5	7,14	6,9	7
<i>Rheedia gardneriana</i>	Bacurizinho		3	4	3,33	2,8	3,1
<i>Rinorea passourea</i>	Canela-de-jacamim	1	1	2	1,9	2,8	2,2
<i>Trysodium paraense</i>	Amaparana		3		1,43	2,1	1,7
<i>Virola surinamensis</i>	Ucuúba-da-várzea	5			2,38	0,7	1,9
<i>Vochysia vismiacefolia</i>	Quaruba	2	1		1,43	2,1	1,7
Subtotal		56	71	46	82,38	75,86	80,08
Demais espécies		473	1732	1308	18	24	20
TOTAL		529	1803	1354	100	100	100

Legenda: EI Floresta de Igapó; ES Floresta Secundária; ETF Floresta de Terra Firme; AB% abundância relativa; FR% frequência relativa; RN% regeneração natural.

Fonte: Pesquisa de campo (2012).

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

Tabela do Plano de Manejo do Parque Estadual do Utinga, com indicação de parâmetros fitossociológicos de plantas com incidência no Parque, assinalando quando se trata de floresta de igapó (FI), floresta secundária (FS), floresta de terra-firme (FTF), de ocorrência em abundância relativa (AB%), em frequência relativa (FR%) e em regeneração natural (RN%). Fonte: SEMAS (Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade, Governo do Pará). Revisão do Plano de Manejo do Parque Estadual do Utinga / Secretaria de Estado de Meio Ambiente. Belém: SEMA; Belém: AMAZON, 2013. p. 108).

O Plano de Manejo do Parque do Utinga lida com um estudo fitossociológico e parâmetros da mesma natureza porque

(A) exige-se na legislação ambiental a consideração sobre a interação homem-natureza, inclusive a respeito das espécies vegetais da UC e seus potenciais econômicos.

(B) uma APA demanda estudo botânico e a medição da intensidade de interação entre espécies vegetais, animais e humanas, principalmente por razões sistêmicas.

(C) o projeto de um parque tem como exigência a produção de índices quantitativos de adequação (o fito) da vegetação especificada com comunidades tradicionais.

(D) mede-se a ocorrência de espécies, sua localização e densidade e caracteriza-se a amostra vegetal em estratos, períodos e padrões de interação ecológica.

(E) as espécies de maior incidência são uma árvore do Cerrado, uma árvore com cipós e uma árvore nativa de floresta preservada, exigindo avaliação sanitária.

67 O projeto paisagístico lida com os diversos estratos da vegetação - forrageiras/herbáceas; arbustivas; arbóreas. O motivo disso, e suas respectivas implicações, decorrem de

(A) o projeto paisagístico, essencialmente, se concentra nos arbustos, de maior efeito estético e facilidade de manutenção, sendo esta a maior variedade de espécies do mercado.

(B) a coexistência entre estratos permitir anteparo à insolação direta pelas arbóreas, formação de biomassa, umidade e coesão do solo por forrageiras e arbustivas.

(C) o paisagismo, no mercado e na prática de projeto, trabalhar com as condições concretas do ambiente, relativizando o emprego de árvores e grama.

(D) os estratos, na prática, se apoiam mutuamente, como nas técnicas de enxertia, em que condições genéticas da vegetação são compartilhadas no mesmo jardim.

(E) os estratos de vegetação garantem densidade à composição paisagística e florística, adicionando volume, caráter e refinamento estético ao projeto, por meio da variedade.

68 Sobre a relação entre coeficientes de aproveitamento e densidades habitacional e construtiva, é correto afirmar que

(A) para um mesmo coeficiente de aproveitamento é possível alcançar diferentes densidades demográficas ou habitacionais em glebas de mesmo tamanho.

(B) para um mesmo coeficiente de aproveitamento aplicado em lotes do mesmo tamanho, densidades demográficas e construtivas de glebas não variam.

(C) altas densidades construtivas significam altas densidades habitacionais, a despeito do coeficiente de aproveitamento aplicado.

(D) baixas densidades construtivas são alcançadas com valores de coeficientes de aproveitamento superiores a 5.

(E) as relações entre densidade construtiva e densidade demográfica ou habitacional são necessariamente lineares ou constantes em glebas urbanas.

69 Conforme os ditames da Lei nº 14.133/2021, diferencia-se o projeto básico do anteprojeto, pois

(A) as soluções previstas no anteprojeto são detalhadas no projeto básico, visando à montagem do plano de licitação e de gestão da obra.

(B) o orçamento detalhado do custo global da obra de arquitetura comporá o memorial descritivo dos elementos da edificação a serem apresentados no projeto básico.

(C) no projeto básico prima-se pela concepção do projeto de arquitetura, enquanto consta no anteprojeto orçamento detalhado da obra com quantitativos.

(D) os anteprojeto devem ser acompanhados de levantamentos topográficos e cadastrais, enquanto os projetos básicos deverão conter sondagens e ensaios geotécnicos detalhados.

(E) justificativa do programa de necessidade, por ser uma peça de caráter preliminar de pesquisa, não é prevista na legislação para compor anteprojeto nem projetos básicos.

70 Constituem requisitos previstos em editais, conforme a Lei nº 14.133/2021 para a modalidade de licitação por meio de concurso:

- (A) ampla liberdade para a forma de apresentação do trabalho.
- (B) cessão à Administração pública de todos os direitos patrimoniais.
- (C) requisitos técnicos para julgamento exclusivamente do conteúdo artístico.
- (D) formação e qualificação do comitê julgador do certame.
- (E) vedação de qualquer valor remuneratório para o(s) vencedor(es) do concurso.

71 Recentemente, políticas de transporte têm valorizado alternativas ambientais, especialmente deslocamentos a pé. Neste sentido, a caminhabilidade depende de: hierarquia na formação de trajetos, topologia de conectividades, morfologia na regularidade na rede de caminhos e escala para tornar confortável para o pedestre. A alternativa em que consta o elemento viário essencial para todas essas categorias é

- (A) altura.
- (B) nó.
- (C) ângulo.
- (D) polígono.
- (E) área.

72 A partir da segunda metade do século XX, as teorias de preservação e conservação de bens arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos mudaram significativamente, devido aos impactos das Guerras Mundiais, industrialização e expansão do mercado imobiliário. Considerando esses fatores, é correto afirmar que

- (A) a preservação de bens culturais históricos depende de sua sustentabilidade financeira, ou seja, da existência de usos que gerem receitas para cobrir seus custos de manutenção.
- (B) a preservação do patrimônio arquitetônico ainda depende de uma visão histórica que relacione valor cultural e origem dos bens, o que não inclui obras modernistas.
- (C) a preservação tornou-se uma política pública, acompanhando as mudanças nos critérios para valorizar bens arquitetônicos e, muitas vezes, entrando em conflito com interesses privados e empresariais.
- (D) se valoriza, no Ocidente, o material construtivo original e as técnicas artesanais; a restauração busca resgatar essas práticas para preservar a memória histórica da construção.
- (E) a utilização de técnicas restaurativas depende de uma vinculação estrita entre reconhecimento de patrimônio material e imaterial.

73 O Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional brasileiro, através do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN). Os bens imóveis sujeitos a proteção são aqueles pertencentes

- (A) à pessoa física ou jurídica, os quais tenham sido inscritos em um dos quatro livros de tombo.
- (B) à União, aos Estados e Municípios, os quais tenham sido objeto de tombamento compulsório, modalidade específica para bens de propriedade estatal.
- (C) à propriedade particular, os quais tenham sido transferidos da propriedade estatal, por ocasião do tombamento provisório.
- (D) a proprietário privado, cujo procedimento de tombamento seja feito de ofício, por ordem do IPHAN.
- (E) à pessoa jurídica de direito privado que tenha origem estrangeira, para o qual está previsto o tombamento compulsório.

74 Quanto ao disposto no Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que institui a Política Nacional de Preservação do Patrimônio, a única alternativa correta, quanto ao entorno de bem imóvel tombado, é

- (A) a colocação de peças de propaganda e letreiros é vedada na vizinhança do bem.
- (B) o IPHAN tem autoridade legal para destruir ou retirar objeto que interfira na sua visibilidade.
- (C) imóveis com tombamento definitivo são isentos de taxa de propaganda na fachada.
- (D) a visibilidade do bem imóvel tombado é condição para alienação junto ao direito de preferência.
- (E) a manutenção do imóvel tombado e sua visibilidade é de responsabilidade exclusiva do proprietário.

75 Normalmente, os edifícios de valor histórico a serem preservados datam de épocas passadas, em que as técnicas de construção dependiam dos materiais disponíveis, como pedra, madeira e tijolos. Para desenvolver um projeto de restauração que assegure a integridade dessas estruturas, é essencial que o levantamento físico — realizado manualmente ou com instrumentos — seja conduzido cuidadosamente, atentando-se para

- (A) altura da cobertura da edificação sem o dimensionamento de peças.
- (B) paginação de piso onde não houver materiais de revestimento.
- (C) dimensão da diagonal entre pontos de encontro de paredes opostas.
- (D) ângulos entre portas e as arestas de caixilhos e ferragens.
- (E) tamanho das pedras que compõem as paredes internas de edificações.

76 Para áreas de circulação e manobra, na NBR nº 9.050/2020, que dispõe sobre acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, são previstas larguras para o deslocamento em linha reta de pessoas em cadeira de rodas. Nesse sentido, é correto afirmar que

- (A) a largura para o acesso de um cadeirante é igual à metade da largura mínima para um cadeirante e um acompanhante ao lado.
- (B) a largura para o acesso de dois cadeirantes é, no mínimo, o dobro da largura para um cadeirante.
- (C) a largura para o acesso de uma pessoa e um cadeirante é no máximo o dobro da largura para um cadeirante.
- (D) a largura mínima para dois cadeirantes é idêntica a largura máxima para um cadeirante e uma pessoa ao lado.
- (E) a largura mínima para acesso de um cadeirante e uma pessoa ao lado é o dobro da largura para um cadeirante.

77 É comum, na Arquitetura Contemporânea, o uso de aço, alumínio e ligas metálicas como componentes de peças estruturais, de vedação, esquadrias, forros e outros elementos. Muitos desses metais sofrem processos de corrosão. Sobre a corrosão em materiais metálicos de uso estrutural corrente em edificações, é correto dizer que

- (A) ocorre por razões químicas, quando o ataque por diferença de pH (íons de hidrogênio) é maior do que 7, não havendo efeito substancial de natureza física, como tração.
- (B) é uniforme, caracterizada por camada superficial externa em contato com o ar ambiente e sua umidade ou ataques químicos elevados (de pH alto), formando escamas de ferrugem.
- (C) é chamada de alveolar, sendo o fenômeno caracterizado pela formação de alvéolos de ferrugem em formato de concha, processo inicialmente microscópico e que parece uniforme.
- (D) o escovamento com cerdas de aço representa rigorosa limpeza de detritos e elementos corrosivos da superfície metálica, com ganho de produtividade sobre o lixamento, pouco efetivo.
- (E) é uma degradação dos materiais metálicos por reação química ou eletroquímica, podendo estar associada a esforços mecânicos e que representa perda de espessura e massa do material.

78 Tomando como referência a cobertura em perfis de aço, de acordo com viga treliçada metálica ilustrada a seguir, correspondente à estrutura de cobertura de uma água, de duas águas transversais totais da cobertura completa, é correto afirmar que

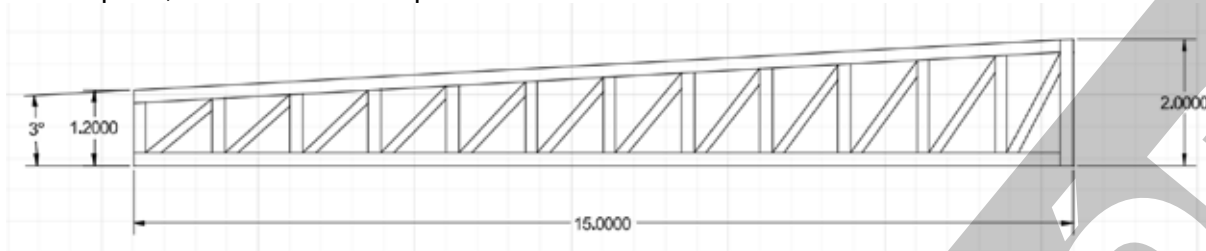


Figura I. Ilustração simplificada de viga metálica para cobertura, cotas em metros, baseada em: Xerez Neto, Jary de Estruturas metálicas: manual prático para projetos, dimensionamento e laudos técnicos / Jary de Xerez Neto, Alex Sander Cunha. -- 2. ed. -- São Paulo : Oficina de Textos, 2020. p. 406.

- (A) o dimensionamento dos banzos deve seguir a fórmula usual de vigas, $L/10$, sendo um décimo do vão a ser vencido.
- (B) a alma da viga deve ser constante, baseada em um doze avos do vão a ser vencido pelo trecho de viga treliçada.
- (C) vigas de alma variável têm cargas dinâmicas incidentes sobre sua extensão, portanto não são aplicáveis a coberturas.
- (D) ângulos entre diagonais e montantes devem ser projetados preferencialmente entre 30 e 60 graus.
- (E) a relação entre alma da viga metálica e perfis do tipo Z de montantes deve ser de um vinte e dois avos do vão.

79 Uma sala para trabalho em escritório no Estado do Pará, em área urbana, situada em pavimento a uma altura aproximada de 3,5 m acima do nível da rua, com esquadrias dotadas de vidro cristal no sentido Leste, com dimensões de 8,0 m x 7,50 m, deve ser refrigerada com ar-condicionado de potência instalada, em BTUs (*British thermal units*), de

- (A) 40.000.
- (B) 32.000.
- (C) 60.000.
- (D) 27.000.
- (E) 20.000.

80 Considere um ambiente de 120 metros quadrados de superfície de paredes totais, com altura de 2,84 m, tendo acesso por porta dupla de 5 metros quadrados de vão-luz e esquadria com vão-luz de 17 m x 2 m. A alternativa em que consta, aproximadamente, a quantidade necessária de tijolos cerâmicos de 8 furos (11,5 cm x 19 cm x 29 cm), para compor sua alvenaria, é

- (A) 3.890.
- (B) 5.830.
- (C) 8.830.
- (D) 2.880.
- (E) 4.830.

81 Considerando as condições desejáveis de iluminação em ambiente de escritório, em conformidade com as Normas de Higiene Ocupacional (NHO) brasileiras, um ambiente corporativo de atividades como *Escrever, teclar, ler e processar dados* deve ter, pelo menos, nível de iluminamento (E) em lux, e IRC (índice de reprodução de cor), respectivamente, de

- (A) 750; 90.
- (B) 600; 95.
- (C) 850; 85.
- (D) 500; 80.
- (E) 650; 75.

82 Materiais de vedação possuem custos, propriedades e rendimentos diversificados. Sobre paredes, vedações, construídas em materiais diversos e atualmente usuais, é correto afirmar que

(A) ambientes corporativos devem receber divisórias de alto padrão com isolamento termoacústico absoluto e painéis duplos em policarbonato, para adequada difusão da luz.

(B) no ambiente do Estado do Pará a alvenaria de tijolos cerâmicos se mostra mais viável, em termos de racionalização de custos, prazo de execução e consumo de água.

(C) placas em gesso acartonado deveriam ser usadas com maior intensidade na Região, pela racionalidade de execução e custo, vedando fachadas, divisões internas e empenas.

(D) blocos em concreto celular com adição de silicone produzem maior conforto térmico e são alternativas viáveis para alvenaria estrutural em edificações de médio porte.

(E) paredes cimentícias são alternativas de construção racionalizada, estruturadas em perfis metálicos, para vedação interna de áreas molhadas, com acesso a instalações.

83 O Setor Público no Brasil vem, há pelo menos quatro décadas, implantando etapas e medidas de eficiência energética em suas edificações e espaços urbanizados. Sobre o tema, que envolve o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel), é correto dizer que

(A) unidades condensadoras devem ser posicionadas ao tempo, com dissipação de calor favorecida, envolvendo distâncias entre maquinário e incidência de insolação, com o sistema de condicionamento de ar impactado pelo número de pontos em unidades internas evaporadoras e extensão de tubulações.

(B) aparelhos modernos de condicionamento de ar possuem restrições físicas, apesar da eficiência energética, como distância máxima de 20 metros de tubulações entre evaporadores e condensadores, potência máxima instalada de 65.000 BTU e perda de rendimento em temperaturas abaixo de 25° C, com sobreaquecimento.

(C) equipamentos do tipo VRF (*variable refrigerant flow*) e do tipo torre climatizadora de ar individual possuem máxima eficiência energética dentre as atuais opções de mercado, resfriando em contingente comparável ao consumo de energia, porém apresentando sobreaquecimento de suas unidades compressoras.

(D) o posicionamento dos equipamentos de condicionamento de ar do tipo condensadores, preferencialmente, não deve ser totalmente ao tempo, recomendando-se proximidade entre máquinas para manutenção de dissipação de calor em temperaturas médias-altas, em posição abrigada, com cobertura.

(E) a unidade interna, evaporadora, do sistema de condicionamento de ar deve ser disposta de modo parcimonioso no ambiente, com redução do número de pontos de insuflamento de ar-condicionado, o que permitirá, em menos pontos, maior espalhamento do frio e, portanto, maior eficiência energética no sistema.

84 Para trabalho em órgãos de controle, bem como na área fiscal e na regulação de compras públicas governamentais, no caso da construção civil (obras e projetos), o SINAPI (Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil) é uma das ferramentas mais relevantes e de alcance nacional e regional. Auxilia em orçamentos, quantitativos e na aferição de custos do setor. Sobre o SINAPI, em consulta também à tabela a seguir, é apropriado afirmar que

SINAPI CAIXA/IBGE - RELATÓRIO DE CUSTOS DE COMPOSIÇÕES - ENCARGOS SOCIAIS COM DESONERAÇÃO - ESTADO DO PARÁ, REFERÊNCIA NOVEMBRO DE 2025					
Grupo	Código da Composição	Descrição	Unidade	Custo (R\$)	%AS
Acessibilidade	104658	PISO PODOTÁTIL DE ALERTA OU DIRECIONAL, DE CONCRETO, ASSENTADO SOBRE ARGAMASSA. AF_03/2024	m ²	173,38	-
Acessibilidade	105002	RAMPA DE ACESSIBILIDADE EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, EM CALÇADA NOVA COM LARGURA MAIOR OU IGUAL À 3,00 M, FCK 25MPA, COM PISO PODOTÁTIL. AF_03/2024	unidade	916,68	-
Acessibilidade	105004	RAMPA DE ACESSIBILIDADE EM CONCRETO MOLDADO IN LOCO, EM CALÇADA NOVA COM LARGURA MENOR À 3,00 M, FCK 25MPA, COM PISO PODOTÁTIL. AF_03/2024	m ²	157,66	-

Quadro1. SINAPI CAIXA/IBGE - RELATÓRIO DE CUSTOS DE COMPOSIÇÕES - ENCARGOS SOCIAIS COM DESONERAÇÃO - ESTADO DO PARÁ, REFERÊNCIA NOVEMBRO DE 2025. Fonte: www.caixa.gov.br/sinapi.

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

(A) a rampa de acessibilidade orçada por metro quadrado (código 105004) corresponde a cerca de 5,81 m² na comparação com a rampa orçada por unidade (código 105002).

(B) o percentual atribuído a São Paulo (%AS), neste caso (indicação com hífen, "-"), é representativo de que pelo menos um dos custos/itens não tem preço regional coletado.

(C) o piso podotátil de alerta ou direcional (código 104658) é um insumo da composição unitária da rampa de acessibilidade em concreto moldado *in loco* (código 105002).

(D) a diferença de custo por metro quadrado entre rampa em concreto (código 105004) e piso em concreto (104658), de 9,97%, deve-se à resistência do material (Fck).

(E) a resistência do concreto especificado, Fck de 25 MPA, corresponde a um padrão de concreto usinado para desempenho de peça estrutural de médio a grande porte.

85 Analise os dois esquemas arquitetônicos em planta a seguir. Considerando diretrizes de racionalização do Projeto de Arquitetura em sua interação entre distribuição espacial, circulação, custos de execução, instalações e estrutura, é correto dizer que

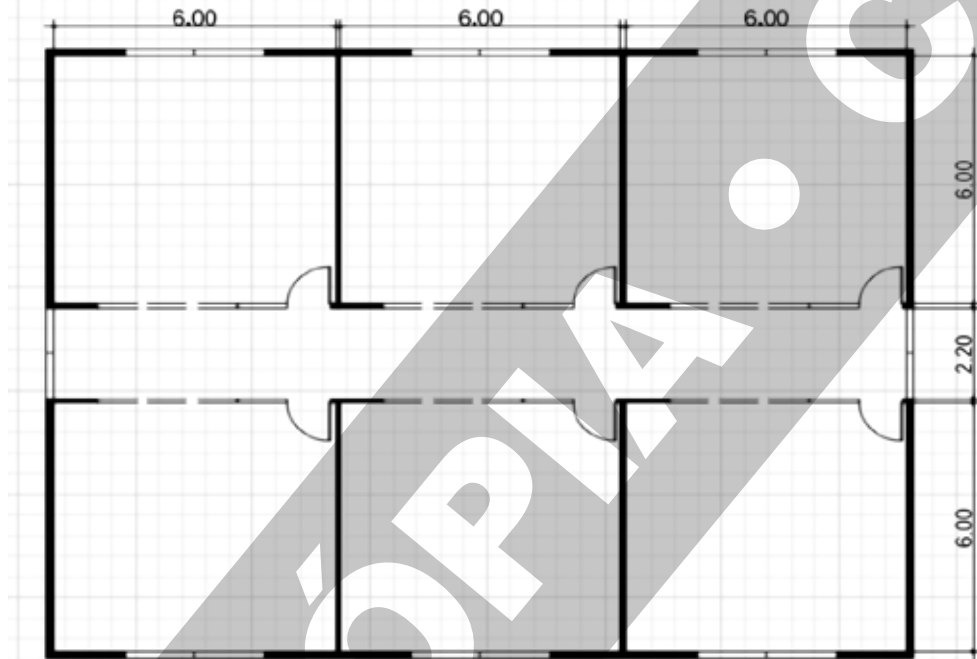


Figura I. Esquema arquitetônico 01 em planta com salas de trabalho, corredor central longitudinal, aberturas e portas, cotado.

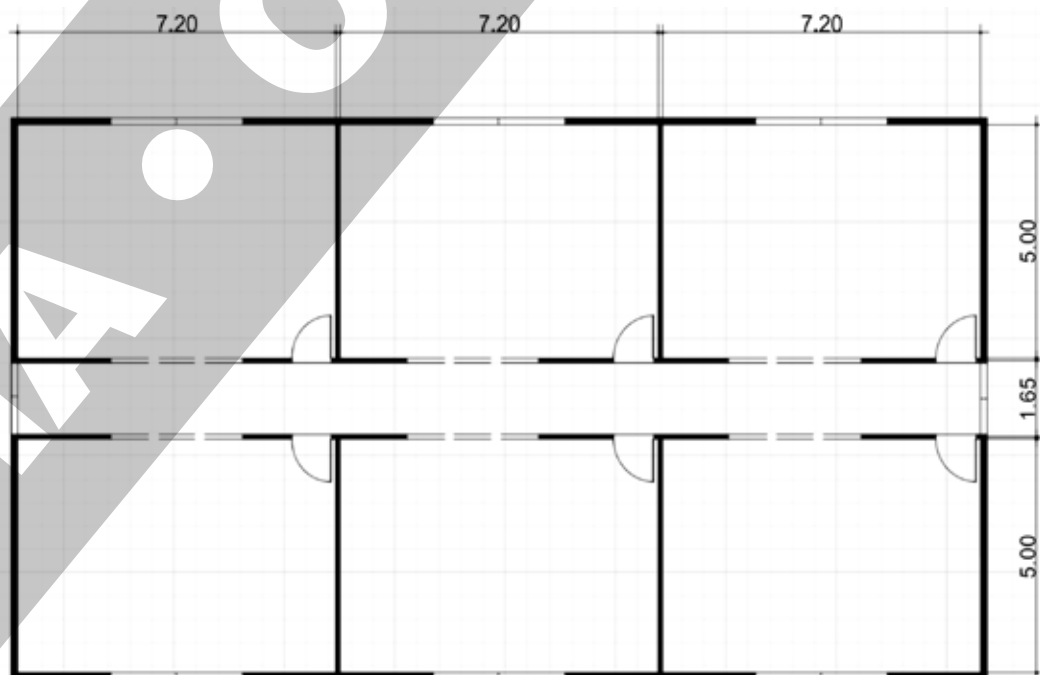


Figura II. Esquema arquitetônico 02 em planta com salas de trabalho, corredor central longitudinal, aberturas e portas, cotado.

CONTINUA NA PRÓXIMA PÁGINA

(A) as salas do esquema arquitetônico 02 favorecem distribuição de leiaute de mobiliário mais vantajosa, devido à equidistância entre espaços, dada pela proporção entre os lados.

(B) os esquemas arquitetônicos 01 e 02 não possuem comparabilidade técnica na prática de projeto, pois seus usos não estão definidos, suas áreas de salas não são equivalentes, tampouco sua orientação é informada.

(C) os esquemas arquitetônicos 01 e 02 possuem áreas e perímetros relativamente diferentes, apontando para vantagem do perímetro do esquema 01, com salas quadradas, em que os módulos produzem equivalência no sentido longitudinal e transversal das instalações prediais e estrutura.

(D) as diferenças quantitativas entre os esquemas arquitetônicos 01 e 02 apuram áreas respectivas de 272 m² e 266 m², aproximadamente, com perímetros respectivos de cerca de 66 m e 68 m, o que indicaria vantagens e desvantagens recíprocas em diferentes indicadores de projeto; a circulação no esquema 02 é mais racionalizada por indicar, para este porte de pavimento, 02 unidades de passagem dimensionadas.

(E) as diferenças de área de salas de trabalho, bem como de suas proporções, resultam em implicações técnicas na prática de projeto, uma vez que induzirão a diferenças substanciais de leiaute de mobiliário, principalmente de modulados de escritório atualmente disponíveis no mercado, com desvantagem para o esquema arquitetônico 01, que não combina com as dimensões retangulares, padrão nos modelos atualmente disponíveis de estações de trabalho em ilha e dispostas ao longo das paredes.

86 Postos, locais e instalações de trabalho devem seguir diretrizes, normas e indicadores de desempenho, segurança, legibilidade, acessibilidade e salubridade. Considerando especificamente esta regulamentação no caso brasileiro, com particularidade ao conteúdo da Norma Regulamentadora 08 (NR-08 - Edificações), inicialmente estabelecida em 1978 e modificada até 2022, é correto indicar que

(A) a altura de pé-direito mínima é de 2,20 m, independente de determinações de Códigos de Obras Municipais em contrário.

(B) desníveis em pisos rampados não devem ser superiores a 150 mm, sob pena de instalação de rampa de declividade 1:15 (6,67%).

(C) aberturas de ambientes devem ter o maior dimensionamento possível para garantir iluminação e ventilação naturais, com destaque para portas-janelas.

(D) deve haver controle de insolação, deficiente ou excessiva, na edificação, com controle de temperatura adequada ao corpo humano e estanqueidade no ambiente.

(E) mobiliário e equipamento devem ser previamente informados ao empreiteiro para que o dimensionamento de lajes de piso esteja em conformidade com a carga dos pavimentos.

87 Sobre proteção contra incêndio em edificações com atividade laboral, é correto afirmar que

(A) grupo selecionado na equipe de trabalho deve ser treinado como brigada de combate a incêndio, tendo exclusividade na condução e saída das rotas de abandono da edificação.

(B) as indicações técnicas do Corpo de Bombeiros Militar, por seu caráter de especialização, se sobrepõem a normas técnicas e legislação urbanística quanto ao tema.

(C) rotas de saída da edificação devem possuir portas e acessos seguros, com fechaduras herméticas especiais contra a vandalização, acionadas pela brigada de incêndio.

(D) materiais de origem mineral não são suscetíveis à propagação do fogo, sendo preferíveis àqueles de origem vegetal; grandes aberturas piso-teto facilitam resgate.

(E) devem ser providenciadas informações a todo o corpo funcional sobre equipamentos de combate, cenários de emergência, evacuação e alarmes.

88 O Estado do Pará, em zona de clima equatorial quente e úmido, tem condições ambientais que demandam controle das trocas térmicas em edificações. Sobre o índice de condutividade térmica de materiais, é correto afirmar que

(A) em paredes e planos verticais, a condutividade de blocos de concreto e de rebocos à base de cimento Portland é praticamente equivalente, com diferença de 2%.

(B) coberturas em fibrocimento possuem condutividade semelhante às de material cerâmico, com diferença de 1,5%, sendo a inércia térmica a vantagem da cerâmica.

(C) argamassas de assentamento e rebocos comuns possuem condutividade semelhante, quando considerados em paredes e planos verticais.

(D) em coberturas, lajes em concreto possuem condutividade 5% maior do que o fibrocimento, tendo, portanto, maior potencial, se impermeabilizadas.

(E) a condutividade térmica pode ser atenuada com o uso de pintura em tons claros e materiais de alta estanqueidade, ao mesmo tempo refletivos e arrefecedores.

89 Revestimentos cerâmicos (para pisos, paredes e outras aplicações) têm como um de seus indicadores de resistência mecânica e à abrasividade o índice PEI (sigla de *Porcelain Enamel Institute*). Sobre o PEI 5, é correto afirmar que

- (A) se usa em situações climáticas de alta umidade, não sendo adequada sua aplicação em alto tráfego veicular.
- (B) indica alta resistência geral, aplicável a paredes e pisos de alto tráfego, em usos industriais, comerciais e similares.
- (C) se caracteriza por ter grande resistência mecânica e baixa resistência à abrasividade (em micro-esforços de tração e compressão).
- (D) se destina a paredes para laboratórios e indústrias, resistente a ataque químico de caráter ácido e básico, mediante adição de resina impermeabilizante.
- (E) indica, pelo alto índice numérico, maior resistência à água (hidrofobia), proporcionalmente a menor resistência à abrasividade e ataque químico.

90 Constitui, conforme a NBR 9050/2020, parâmetro para diferentes dimensões referenciais para alcance manual lateral de cadeirante, uma vez que em função dos ângulos de elevação do braço,

- (A) altura do centro da mão.
- (B) deslocamento do tronco.
- (C) profundidade para encaixe dos pés.
- (D) altura da vista.
- (E) rotação da cabeça.

91 Os parâmetros visuais previstos na NBR 9050/2020 variam conforme ângulos definidos conforme planos visuais para pessoa em pé e sentada. Considerando que o cone visual é definido com acréscimos de 8°, a alternativa correta, quanto à variação entre pessoas em pé e pessoas sentadas, é

- (A) o cone visual (CV) para pessoas em pé e sentadas tem ângulo total (incluindo limites) idêntico.
- (B) o cone visual (CV) para pessoas em pé tem ângulo total (incluindo limites) maior do que o do ângulo do CV para pessoas sentadas.
- (C) o cone visual (CV) para pessoas sentadas tem ângulo total (incluindo limites) maior do que o ângulo do CV para pessoas em pé.
- (D) a linha do horizonte (LH) para cones visuais de pessoas sentadas é maior do que para cones de pessoas em pé.
- (E) a linha do horizonte (LH) para cones visuais de pessoas em pé é maior do que para cones de pessoas sentadas.

92 Segundo a NBR 9050/2020, as informações e sinalizações essenciais aos espaços nas edificações, no mobiliário e nos equipamentos urbanos, devem ser utilizadas de forma visual, sonora ou tátil, de acordo com o princípio dos dois sentidos. Em se tratando de suas instalações, é correto afirmar que

- (A) há caráter permanente ou temporário em edificações e estas devem ser fixadas onde decisões são tomadas para o caso, de forma visual, apenas.
- (B) a disposição das sinalizações seguirá disposições de localização, altura, diagramação e contraste, em sequência lógica de saída e chegada.
- (C) sinalizações deverão ter compreensão diferenciada para pessoas em cadeira de rodas e pessoas com deficiência visual, em detrimento de serem compreendidas por todos.
- (D) os elementos de orientação, quando houver guias e linhas de balizamento, devem estabelecer uma lógica própria, independente de planos e mapas de orientação.
- (E) a altura de instalação das sinalizações deverá observar a diagramação com informações curtas, sem os elementos da frase, ou seja, eliminando pelo menos os verbos, para maior objetividade das orientações.

93 O material de construção encontrado em edificações históricas que tem suas características físicas e químicas relacionadas ao que é denominado “biscoito” e “vidrado” é

- (A) azulejaria pintada.
- (B) alvenaria de tijolos.
- (C) dobradiças metálicas.
- (D) calhas metálicas.
- (E) telhas cerâmicas.

94 O controle da densidade de construção nos bairros, estabelecido pela legislação urbanística, é alcançado pela aplicação de índices urbanísticos. Essa aplicação ocorre com o estabelecimento de um coeficiente de aproveitamento máximo estabelecido por lote. Considerando o lote de 400m² e coeficiente de aproveitamento igual a 2, a alternativa correta, quanto ao porte do edifício que poderá ser construído no lote, é

- (A) até 20 andares de 80m² cada.
- (B) até 10 andares de 100m² cada.
- (C) até 8 andares de 200m² cada.
- (D) até 8 andares de 100m² cada.
- (E) até 4 andares de 100m² cada.

95 A adoção de plantas baixas em "H" em projetos de habitação de interesse social, conforme pode ser observado na figura, tem vantagens em termos de conforto ambiental, funcionalidade e custos. Considerando a imagem abaixo, a alternativa que define corretamente uma vantagem desta opção projetual é

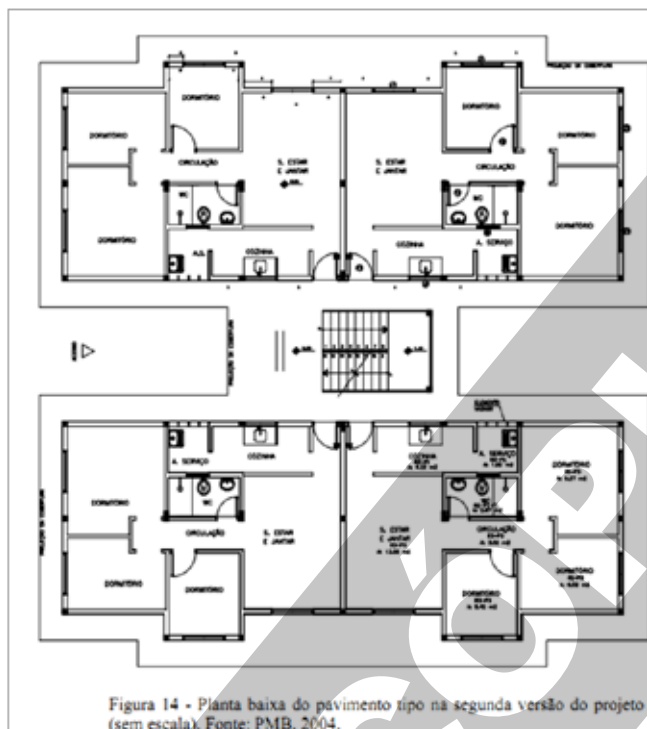


Figura 15 - Layout do apartamento tipo na segunda versão do projeto (sem escala). Fonte: PMB, 2004.

- (A) as "pernas" estreitas do "H" permitem que a luz natural entre na circulação da escada como barreira sonora para os cômodos.
- (B) a tipologia em "H" separa naturalmente as áreas sociais (sala/cozinha) das áreas íntimas (quartos), através de um bloco central.
- (C) o formato em "H" facilita a circulação de ar por todo o apartamento, pois permite a instalação de janelas em múltiplas fachadas.
- (D) o arranjo em "H" elimina a criação de "pátios" ou recuos privativos entre as alas, que podem ser usados como áreas inseguras.
- (E) o design em "H" facilita a transição suave entre o interior e áreas externas (varandas, jardins), diminuindo a sensação de amplitude.

96 A compatibilização do sistema viário de projetos urbanísticos de loteamentos urbanos e o sistema viário urbano demandam uma adequação de desenho das vias internas com o entorno. Para tal, utiliza-se a classificação funcional de vias conforme uma hierarquia. Neste sentido, é correto afirmar que

- (A) vias coletoras coletam o tráfego de vias locais dos loteamentos e direcionam o tráfego para vias estruturais, integrando o acesso aos bairros.
- (B) vias locais dão acesso imediato, com velocidades que garantam o acesso direto ao transporte coletivo que trafega em vias estruturais.
- (C) vias coletoras são responsáveis por interligar bairros diferentes da cidade e se constituem nos principais corredores de transporte urbano.
- (D) vias arteriais são desenhadas quando os projetos de parcelamento são produzidos, visando garantir que haja uma integração direta da moradia com o comércio de bairro.
- (E) vias arteriais interligam regiões das cidades como eixos de transporte, que devem servir novos loteamentos conectados por meio de vias coletoras.

97 A confluência entre sinalização, *wayfinding* em inglês (encontrando caminhos, em tradução livre), e acessibilidade universal (alinhada com a norma 9050/2022) leva à necessidade de integrar orientações para rotas de saída, localização de banheiros e elevadores, entre outros. A alternativa que associa corretamente uma qualidade de projeto com sua aplicação em edifícios públicos é

- (A) clareza na sinalização de rotas de saída (RS) é alcançada por meio da utilização de cores, tipografia e elementos gráficos do conjunto normalizado de símbolos.
- (B) o Símbolo Internacional de Acesso (SAI) normatizado será adaptado com variações de cor, conforme o contorno das paredes em que estiver instalado.
- (C) símbolos de atendimento preferencial, tais como grávidas, pessoas com criança no colo, pessoas idosas, obesas e com mobilidade reduzida, deverão ser combinados com os símbolos de comunicação num mesmo desenho.
- (D) a sinalização de banheiros deve ter números e/ou letras e/ou pictogramas e sinais com texto em relevo, incluindo Braille, aplicados obrigatoriamente nas paredes.
- (E) a sinalização de escadas (SE) deverá ser aplicada unicamente nas projeções dos corrimãos, uma vez que nos pisos e espelhos são impedidas de visualização.

98 O nome do item que compõe a fase preparatória de instrução de processos licitatórios, para serviços de projetos e obras civis a serem contratados pelo setor público, conforme a Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), é

- (A) Orçamento final do projeto.
- (B) Estudo técnico ambiental.
- (C) Minuta de contrato.
- (D) Registros de fornecedores.
- (E) Especificação técnica de equipamentos.

99 A aplicação de relações de testada e fundo de lotes em terrenos planos, com declividade pequena e homogênea de 1:1, 1:2, 1:3 e 1:5, terá diferentes aproveitamentos no desenho de loteamentos. A alternativa correta, quanto à relação nas dimensões de lotes, é

- (A) lotes com proporção 1:1 têm melhor aproveitamento para habitações individuais com acessos independentes.
- (B) lotes de 5x25m para locação de habitações coletivas têm maiores custos de urbanização.
- (C) lotes com proporção 1:5 oportunizam melhor orientação solar para edificações individuais.
- (D) lotes com proporção 1:5 têm menores custos de urbanização, devido à menor demanda de extensão de rede de infraestrutura.
- (E) lotes de 20x40m (1:2) são propícios para edificações com locações “em fita” na forma de condomínios de paredes.

100 Para que a ventilação seja mais bem aproveitada em um projeto urbanístico, a melhor direção para as ruas de maior caixa a serem desenhadas no assentamento é

- (A) dispostas a 90° à direção do vento predominante.
- (B) inclinadas a 45° à direção do vento predominante.
- (C) perpendicularmente à direção do vento predominante.
- (D) sinuosas à direção do vento predominante.
- (E) paralelamente à direção do vento predominante.